

1 **16ª. REUNIÃO DA CAMARA TÉCNICA DE GESTÃO TERRITORIAL E BIOMAS**
2 **BRASÍLIA, 17 DE ABRIL DE 2007 – Sala 522-5ª. Andar – MMA**
3

4 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
5

6 Vamos dar início a nossa 16ª. Reunião da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas, cuja pauta os
7 senhores receberam previamente, nós temos em torno de seis assuntos e já de pronto eu submeto ao plenário a
8 inversão de pauta, porque a gente gostaria de começar com o item número cinco que é esse requerimento de
9 urgência da criação de um grupo de trabalho específico para ampliar as discussões acerca de uma formulação
10 de uma política nacional de ordenamento territorial, tendo em vista que a gente aprovou esse requerimento de
11 urgência na reunião do CONAMA, e lá a presidência remeteu para esta Câmara Técnica tocar adiante este
12 tema. E antes da gente decidir esta inversão de pauta, se há concordância eu queria passar para os outros
13 conselheiros também as pessoas que estão nos assistindo se elas gostariam de colocar alguma questão, antes
14 da gente entrar especificamente na pauta em questão.
15

16 **Marcílio Caron Neto – CNI**
17

18 Marcílio Caron Neto representando a CNI. O item dois se puder ser tratado, porque eu tenho um compromisso a
19 tarde e gostaria que esse assunto fosse tratado ainda pela manhã se possível. Como inversão de pauta
20 também.
21

22 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
23

24 Caron, você acha que dá para tocar o item cinco e depois o teu? Ok? Eu queria consultar a Dominique e o
25 pessoal do CONAMA se tem algo? Não? Então, não havendo nada contrário a gente começa pelo item cinco e
26 depois o dois, agora eu estou preocupado que se você for embora a gente perde o quorum.
27

28 **Marcílio Caron Neto – CNI**
29

30 Eu tenho um compromisso inadiável as 14 horas.
31

32 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
33

34 Vamos ver se a gente até as 14 horas termina se for o caso a gente pede uma pizza, e dividimos o almoço.
35 Bom, então não tendo nada em contrário começamos pelo item cinco. Na realidade, também estava lá na
36 página do CONAMA, eu não sei se mostra na tela o requerimento, e enquanto ele mostra na tela, nós
37 apresentamos este requerimento de urgência, e dentre aquelas dez assinaturas no sentido de que o CONAMA,
38 enquanto um órgão do estado pudesse acompanhar a formulação dessa Política Nacional de Ordenamento
39 Territorial que é uma das quatro políticas de atribuição legal do Ministério da Integração, a outra Política
40 Nacional de desenvolvimento regional, a outra Política Nacional de irrigação e a outra Política Nacional de
41 Defesa Civil. Apenas para informar no âmbito do Governo foi criado um Grupo de Trabalho governamental, é
42 diferente aqui do CONAMA que é um órgão do estado formado pelo Ministério do Planejamento, Ministério da
43 Integração, Ministério da Defesa, são quatro Ministérios que estão encarregados de conduzir esta discussão no
44 âmbito interno do Governo Federal. Esta aqui é uma discussão no âmbito interno do Conselho Nacional de Meio
45 Ambiente. Então, no requerimento de urgência a gente pedia basicamente, eram três questões, uma era que os
46 órgãos componentes do SISNAMA ampliasse a sua discussão sobre a política Nacional de Ordenamento
47 Territorial, o artigo dois recomendava a criação de um Grupo de trabalho que a gente vai decidir hoje aqui,
48 encaminhar nesta Câmara, e o item três nós pedimos que as propostas e sugestões que saíssem do SISNAMA
49 elas fossem aprovadas no plenário do CONAMA. De modo que a Câmara Técnica elaborasse sua agenda de
50 trabalho, e o resultado dessas propostas e sugestões fosse o plenário do CONAMA, de modo que não ficasse
51 apenas uma discussão interna apenas da câmara, e sim ao Conselho Nacional. Então eu acho que a gente está
52 para decidir sobre isso daí, a Câmara tem que se pronunciar qual o encaminhamento que a gente vai dar em
53 relação a esse requerimento, já que ele é um requerimento que já está aprovado já foi aprovado pelo Conselho.
54 Então em discussão.
55

56 **Marcílio Caron Neto – CNI**
57

58 Acho que não tem que discutir. Tem que ver quem é que quer participar do grupo. Se ele foi acatado, a
59 finalidade para formação do grupo eu acho que nos cabe aqui formalizar...
60

61 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
62

63 Agora, Dominique, como é essa história de criação de Grupo de Trabalho? Existe um número?
64

65 **Dominique Louette - CONAMA**
66

67 Não, a Câmara Técnica tem que definir quem é o coordenador, o relator e tem que indicar entidades que seriam
68 entidades permanentes para as quais a gente pediria indicação de representantes que a gente sempre
69 convidaria e esperaria que estivesse no Grupo de Trabalho. Mas o Grupo de Trabalho é um grupo aberto e
70 qualquer pessoa pode participar. Aqui na Câmara tem que ser definido coordenador, relator e a indicação de
71 entidades para as quais vamos pedir representante.

72

73 **Louise Henriques Ritzel – MPOG**

74

75 Louise do Ministério do Planejamento e Secretaria de Patrimônio da União. Os convidados para participar do
76 Grupo de Trabalho não são necessariamente os mesmos da Câmara Técnica, as entidades podem ser outras.

77

78 **Dominique Louette - CONAMA**

79

80 Justamente, a idéia é identificar pessoas que não estão na Câmara que a gente gostaria que trabalhassem
81 dentro do Grupo de Trabalho. O trabalho é aberto a qualquer um.

82

83 **Marcílio Caron Neto – CNI**

84

85 Eu gostaria de fazer uma sugestão, posso? Eu acho que até pela origem da proposta e ela está muito
86 relacionada com o Ministério da Integração, desculpe, eu queria fazer a indicação que o Presidente desse grupo
87 fosse o Rosalvo, porque eu acho que isso parte de uma origem do próprio Ministério e nada mais do que o
88 Ministério fosse o coordenador desse Grupo de Trabalho.

89

90 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

91

92 E o relator?

93

94 **Cynthia de Souza Cardoso – ANAMMA NACIONAL**

95

96 Cynthia Cardoso da ANAMMA. Eu sugeriria que a relatoria fosse da ABEMA só que não temos representante
97 da ABEMA aqui hoje a gente não sabe se poderíamos convidá-los e receber essa resposta posteriormente.

98

99 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

100

101 Pelo o que eu entendo acho que sim a gente faria sugestões e a Câmara coloca. Acho que seria uma boa
102 envolver os estados e acho que o Ministério do Planejamento em face à aquele contrato que vocês tem,
103 inclusive a gente cita aí no requerimento de urgência o trabalho que tem junto com o CGEE, então era outro
104 órgão que no meu entendimento deveria estar nesse Grupo de Trabalho. Eu acho que como entidades
105 representativas, eu acho que a gente tinha que ter a Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação
106 Nacional da Indústria, as ONGs, alguém representando as ONGs, o Setor Florestal é absolutamente importante.

107

108 **João Carlos De Carli - CNA**

109

110 Queria fazer uma pergunta também, por favor, Senhor Presidente. Minha pergunta é porque acredito que nessa
111 próxima plenária deva haver alterações dos membros de todas as Câmaras Técnicas. Existe alguma restrição?
112 A pergunta é mais porque a gente quer que você continue. Existe alguma restrição dele continuara como
113 coordenador do grupo?

114

115 **Dominique Louette - CONAMA**

116

117 Não, Nesse caso ele seria representante do coordenador oficial e a próxima câmara definiria quem seria o
118 coordenador e o segundo coordenador indicaria o Rosalvo como representante dele na coordenação.

119

120 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

121

122 Inclusive eu agradeço o nome mas eu pediria que ficasse registrado que a gente colocaria como coordenador o
123 Ministério da Integração Nacional e numa discussão interna o Ministério indicaria pessoas. Talvez acho que
124 seria mais adequado o meu colega Júlio Miragaia que hoje é o gerente do projeto responsável pela condução da
125 formulação da política. Então, deixaria assim com o Ministério e a gente poderia ficar auxiliando já que a gente
126 deve continuar no CONAMA.

127

128 **Marcílio Caron Neto – CNI**

129

130 Então eu sugeriria também que a relatoria fosse da Confederação Nacional da Indústria. E a Confederação
131 Nacional da Indústria indicasse de quem fosse o relatório.

132

133 **Cynthia de Souza Cardoso – ANAMMA**
134
135 Então, eu sugeriria também como representantes a ABEMA e ANAMMA.
136
137 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
138
139 Está bom. Então ficaria na coordenação o Ministério da Integração. Na relatoria a ABEMA, ANAMMA e CNI...
140
141 **João Carlos De Carli - CNA**
142
143 Não, é CNI que vai para relatoria, e ABEMA e ANAMMA ficam como representantes, compõe o grupo.
144
145 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
146
147 Tá, então CNI na coordenação e ABEMA ANAMMA seriam dois relatores.
148
149 **Marcílio Caron Neto – CNI**
150
151 Não, só CNI como relator.
152
153 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
154
155 Então, CNI seria o relator da matéria, o Ministério da Integração coordenação e entidades representativas,
156 então. CNA, CNI, uma ONG, Setor Florestal. Eu acho que está faltando.
157
158 **João Carlos De Carli – CNA**
159
160 Acredito que a Secretaria da Pesca também seja importante aqui.
161
162 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
163
164 Então o Ministério do Planejamento.
165
166 **Cynthia de Souza Cardoso – ANAMMA**
167
168 Eu sugiro o Ministério do Planejamento e não sei se, como é um Grupo de Trabalho, se não seria oportuna a
169 indicação da Secretaria do Patrimônio da União.
170
171 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
172
173 Tá, porque vocês detêm as informações. Minas e Energia não é importante? Ministério das Minas e Energia e
174 Ministério do Meio Ambiente, CNI, CNA, ONG, Setor florestal. Agora, Dominique, quem dos cinco setores que
175 compõe o CONAMA estaria faltando aqui? Porque eu tenho Indústria, Agricultura...
176
177 **João Carlos De Carli - CNA**
178
179 Eu quero também sugerir o Ministério da Agricultura e Defesa.
180
181 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
182
183 Sim.
184
185 **João Carlos De Carli - CNA**
186
187 Ministério da Defesa eu acredito que seja extremamente importante.
188
189 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
190
191 Sim porque inclusive a atribuição deles também é legal, Ministério da Integração e Ministério da Defesa.
192
193 **Dominique Louette - CONAMA**
194
195 Na verdade vocês estão citando todos os integrantes do CONAMA. A minha proposta é que a gente mande um
196 ofício circular para todo o pessoal do Conselho pedindo para indicarem representantes, agora dos que não
197 estão no Conselho, quem a gente estaria esquecendo? Gente que não estaria representada no Conselho.
198

199 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
200
201 É, por isso que eu queria pegar aqueles cinco setores. Setor Governamental Federal, Estadual, Municipal, o
202 Setor Empresarial que já está CNI e CNA,.
203
204 **Dominique Louette - CONAMA**
205
206 Sociedade Civil Organizada e Ministério Público. Que não tem direito a voto mas é Conselheiro do CONAMA.
207
208 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
209
210 Tá. Então poderia ser esse o encaminhamento. Teria alguma comissão do Congresso Nacional?
211
212 **Marcílio Caron Neto – CNI**
213
214 Eu ia falar isso. Eu gostaria, porque a Câmara Federal tem representante e acho que é de suma importância
215 que a Comissão de Meio ambiente tivesse um representante.
216
217 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
218
219 Mas aí no caso desse tema você tem no congresso a Comissão de Desenvolvimento urbano e a Subcomissão
220 de Ordenamento Territorial, que era com o deputado José Ribeiro da Bahia que coordenava. Eu não sei agora
221 se existe essa subcomissão.
222
223 **Marcílio Caron Neto – CNI**
224
225 Tem uma representação da Câmara Federal e tem que ver agora qual se adequa melhor nessa discussão que
226 está aí.
227
228 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
229
230 Câmara Federal, OK. É, porque aí se entra a Câmara, não é importante entrar o Senado? Porque aí é uma
231 representação do Congresso Nacional. Ou não? .
232
233 **João Carlos De Carli – CNA**
234
235 Então você tem que jogar para o Senado para ser do congresso. Porque quem manda no congresso é o
236 Senado.
237
238 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
239
240 O Presidente é o Senado mas o vice é um deputado.
241
242 **João Carlos De Carli – CNA**
243
244 Mas quem dita é o Presidente. Tem que ver isso aí. Você tem que encaminhar um ofício para o Presidente.
245
246 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
247
248 Eu acho que fica um indicativo de um da Câmara e do Senado e depois a assessoria técnica do CONAMA vê
249 isso daí. Então está bom. Aí eu acho que o importante é tocar o trabalho e montar essa agenda e ver quais são
250 exatamente os trabalhos e calendário e etc.
251
252 **Dominique Louette - CONAMA**
253
254 Vocês não querem especificar qual seria o escopo do Grupo de Trabalho para que fique bem claro o que o
255 Grupo de Trabalho vai fazer? Porque eu suponho que não é Resolução, vai ser uma proposição?
256
257 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
258
259 Então o Grupo de Trabalho conforme está lá no...
260
261 **João Carlos De Carli – CNA**
262
263 Estou pensando num negócio aqui, eu queria saber se o CONAMA pode formular uma política como Resolução.
264

265 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

266

267 Não, veja bem. A idéia, o escopo que a Dominique pediu do grupo é ali o artigo segundo. Criação de um Grupo
268 de Trabalho no CONAMA para acompanhamento da formulação junto ao Ministério da Integração e Ministério
269 da Defesa, bem como, é a segunda atribuição do Grupo de Trabalho. A primeira é acompanhar e a segunda é
270 apresentar propostas e sugestões específicas do sistema.

271

272 **João Carlos De Carli - CNA**

273

274 Só para colocar esse escopo bem.

275

276 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

277

278 Então é o artigo segundo que foi o que o plenário já deliberou. O Grupo de Trabalho tem aquele objetivo.
279 Acompanhar a formulação junto à aqueles dois Ministérios e o segundo é apresentar propostas e sugestões do
280 SISNAMA. Então o Grupo de Trabalho tem que ter uma organização para vasculhar dentro do SISNAMA,
281 compreender o SISNAMA e apresentar sugestões. E depois no artigo terceiro até porque a gente não pode
282 revogar sugestões do plenário. É que essas propostas e sugestões, desse Grupo de Trabalho, venham ao
283 plenário e o plenário delibere sobre elas. Avalise, é apenas para não ficar como uma coisa do Grupo de
284 Trabalho e sim do Conselho, que é um órgão máximo de deliberação do sistema. Assim está bom? OK. Não
285 tendo mais nada, eu consulto aos Conselheiros. Então, esse item da pauta a gente venceu. E aí a Dominique
286 vai fazer ofícios e tal solicitando nomes para essa atividade. Bom, atendendo solicitação do Conselheiro Caron
287 e aprovada por todos, nós vamos para o item 2 que é regulamentação das possibilidades de conversão de
288 novas áreas conforme MP 216667 de 24 do 8 de 2001. Com a palavra o doutor Caron.

289

290 **Marcílio Caron Neto – CNI**

291

292 Marcílio Caron Neto, da CNI. Bom, fiquei com a responsabilidade de coordenar esse grupo, nós fizemos duas
293 reuniões. A segunda reunião, antes de nós realmente entrarmos na discussão sobre a conversão, nós tínhamos
294 a intenção de ouvir o INCRA, o Ministério da Fazenda através da Receita Federal, o IBAMA, porque a princípio
295 nós havíamos recebido uma proposta encaminhada pelo Ministério que era uma proposta do IBAMA, e na
296 primeira reunião o próprio representante do IBAMA, naquela ocasião se sentiu muito desconfortável pelo
297 conteúdo daquela proposta. Nós fomos debater a proposta e ela realmente tinha bastante inconsistência. E,
298 para que nós pudéssemos avançar na construção de uma proposta de Resolução sobre a conversão, nós
299 havíamos estabelecido em ouvir o INCRA, a Receita Federal, o IBAMA, e fizemos essa segunda reunião para
300 ouvir esses "experts" e o representante do INCRA chegou na reunião dizendo que estava de férias e tinha
301 avisado num dia anterior às cinco horas da tarde para vir para a reunião e chegou lá completamente... está
302 lembrado? Sem conteúdo nenhum, não sabia nem o que ele estava fazendo na reunião. E, diante daquela
303 reunião fizemos um encaminhamento para uma próxima reunião trazermos as pessoas integradas na discussão.
304 Nesse entre meio o Tasso, discutindo esse assunto a nível da regulamentação da lei da concessão de florestas
305 públicas solicitou que nós aguardássemos, não déssemos continuidade nessa discussão, porque havia um
306 assunto paralelo que estava sendo tratado nessa regulamentação. Então, até aí eu tenho conhecimento do
307 andamento desse processo e eu acho que a Dominique teria mais alguma coisa para acrescentar no que foi
308 realmente determinado com o Tasso na evolução da questão da conversão.

309

310 **Dominique Louette - CONAMA**

311

312 Então, no decreto 5975 de 2006, o capítulo terceiro chama da supressão e corte raso de florestas e formações
313 sucessoras para o uso alternativo do solo. Esse capítulo terceiro trata da reconversão ou da conversão de
314 áreas em floresta para usos alternativos. E eu tenho entendido que a SBF considera que esse decreto é
315 realmente o que está regulamentando o que diz a Medida Provisória que alterou o Código Florestal. Então
316 segundo o Ministério, não haveria necessidade de uma nova Resolução. A regulamentação que estava sendo
317 esperada já aconteceu com esse decreto. Mas eu coloco para vocês o texto para que vocês considerem e
318 vejam se realmente atende ou se vocês consideram que o CONAMA pode aportar alguma precisão mais em
319 cima desse texto.

320

321 **Marcílio Caron Neto – CNI**

322

323 Eu li e tenho o conhecimento, só quero fazer aqui uma manifestação de desprestígio para com o CONAMA para
324 com esse assunto. Eu acho que pelo menos o Ministério na pessoa do Tasso deveria ter consultado, deveria ter
325 colocado um membro do CONAMA ou dessa Câmara, precisamente da Câmara Técnica de Biodiversidade a
326 acompanhar a elaboração e a discussão dessa parte do decreto. Pelo menos ter ouvido a sugestão das
327 pessoas que estavam ali e queria deixar registrado isso, que para mim realmente foi descrédito, foi um
328 procedimento não muito simpático em ter tomado essa atitude. Eu não tenho nada, eu li e realmente está aí o
329 decreto. Mesmo que quisesse falar qualquer tipo de comentário ou apresentar qualquer coisa, não me caberia

330 nesse momento fazer qualquer tipo de comentário a respeito disso. Eu só acho que foi realmente uma falta de
331 consideração muito grande com o CONAMA, e gostaria que isso ficasse registrado.

332

333 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

334

335 Caron, você como o Conselheiro responsável por esse tema na Câmara, é uma pergunta muito objetiva, o
336 conteúdo do capítulo terceiro, claro que não vai ser o Conselho Nacional que vai ficar discutindo um decreto
337 presidencial. Eu acho que seria trocarmos as funções. Mas de qualquer maneira, eu acho que o CONAMA
338 poderia, e aí por isso a minha pergunta, fazer uma avaliação no sentido de, à luz dos problemas detectado, à luz
339 da criação do Grupo de Trabalho, porque teve uma razão, não saiu do nada. Se o capítulo terceiro contempla
340 todas as questões e você como representante do Setor Florestal, mais do que todos nós aqui contempla todas
341 as questões e problemas colocados ou não. Se contempla eu acho que o encaminhamento da Câmara é a não
342 continuidade dos trabalhos do grupo. Agora, se não contempla eu acho que à luz da análise desse decreto e
343 especialmente desse capítulo, aí o grupo continua, apresenta novas sugestões ao plenário do Conselho e a
344 presidenta do Conselho encaminha, se for o caso, uma sugestão de alteração de alguns artigos e de algumas
345 questões colocadas pelo decreto. Por isso que minha pergunta é muito objetiva. Continua, se há necessidade.
346 Não continua, se tudo está contemplado.

347

348 **Marcílio Caron Neto – CNI**

349

350 Bom, esse é meu ponto de vista. Eu acho que não existe mais razão de existir o grupo. Está aí, o decreto está
351 aí.

352

353 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

354

355 Mas então contempla todas as questões.

356

357 **Marcílio Caron Neto – CNI**

358

359 Eu não me aprofundi necessariamente para te responder isso, para te dizer se contempla ou não, mas existe o
360 decreto, está aí e acho que perdeu a função, o grupo perdeu a função, perdeu o objeto dele que era
361 regulamentar o regulamentado pelo decreto. Perdeu a função, e eu realmente não poderia chegar para você
362 nesse momento e dizer se ele contempla ou não. Eu não fiz a análise com a profundidade necessária para eu
363 poder nesse momento te dizer se ele contempla ou não. Mas eu acho que respondendo a sua pergunta
364 objetivamente, eu acho que o grupo não tem mais função.

365

366 **Dominique Louette - CONAMA**

367

368 Só lembrando que quando esse tema entrou no CONAMA a gente fez uma solicitação a CONJUR para saber se
369 o regulamento do qual falava a Medida Provisória era Resolução do CONAMA ou decreto e a CONJUR falou
370 que podia ser ou um ou outro e a Câmara resolveu trabalhar em cima da Resolução. A questão é que o decreto
371 saiu antes da Resolução e então isso está regulamentando a Medida Provisória, o código florestal.

372

373 **João Carlos De Carli - CNA**

374

375 Eu pedi para colocar o preâmbulo do decreto, porque é ali que você coloca exatamente o que o decreto está
376 regulamentando, os artigos da lei 4771. Eu não achei o 37 A que é o que a gente está regulamentando e não
377 sei se juridicamente teria que haver uma análise mais aprofundada por um advogado que me informe isso,
378 porque não sei se vocês estão entendendo que a gente está regulamentando o 37 A que é um artigo específico
379 e ali está na parte final do 12,19, 20 e 21 e não coloca o 37 A. Ele pode durante o corpo do texto falar o que
380 quiser. No preâmbulo pelo disposto não está contemplando o 37 A.

381

382 **Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL**

383

384 Eu acho que a gente pode verificar isso agora, mas me parece que deveria ser regulamentado e disposto no 37
385 A, me parece que foi objeto de regulamentação sim, ainda que tenha havido eventualmente esse erro de não
386 constar no preâmbulo.

387

388 **João Carlos De Carli - CNA**

389

390 Exatamente, isso que é minha pergunta na parte jurídica, porque o decreto tem que dizer o que ele está
391 regulamentando ele tem que ser explícito no que está regulamentando e não pode regulamentar uma coisa que
392 não seja explícita e então o que eu estou dizendo é que o 37 A, por mais que se acredite que o decreto esteja
393 regulamentado, o decreto não contempla. Isso que eu não sei.

394

395 **Dominique Louette - CONAMA**

396

397 Nesse caso, não seria o caso da gente fazer uma consulta ao jurídico para perguntar para ele se contempla ou
398 não, e se o conteúdo contempla e não está na ementa, se esse é um problema jurídico ou não. A gente pode
399 fazer essa consulta.

400

401 **Marcílio Caron Neto - CNI**

402

403 Eu acho que todos os Conselheiros poderiam fazer um exercício. Era ler esse dispositivo realmente com
404 profundidade para ver se ele... não, o capítulo que regulamenta a conversão. Essa consulta jurídica já foi a
405 proposta da Dominique que ela vai consultar o jurídico do Ministério, ver se por não citar o artigo específico que
406 é o 37 A, que trata da questão da conversão, se ele por não ser mencionado, se isso tem algum advento jurídico
407 de prejudicar a regulamentação dele e caberia a cada um fazer um exercício para ver o consubstanciado, se ele
408 atende ou não a questão da conversão.

409

410 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

411

412 Então eu entendo o seguinte, face a essa dúvida,.

413

414 **Marcílio Caron Neto – CNI**

415

416 Mas a nível de Câmara, não de Grupo de Trabalho, eu acho que cada Conselheiro poderia fazer esse tipo de
417 exercício.

418

419 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

420

421 Pois é, Caron, aí é que é minha dúvida. Veja, se eu estiver errado, sem problema. Então, enquanto persistir
422 dúvidas pela ausência na ementa da explicitação do artigo 37 A, e pela leitura que a gente possa fazer ainda
423 dessa questão, tanto da Medida Provisória como do decreto 5975, eu creio que o Grupo de Trabalho então não
424 fica desfeito, até porque eu vou ter um parecer da consultoria jurídica do Ministério colocando o problema
425 levantado pelo Conselheiro João Carlos e, conforme for, na próxima reunião da Câmara Técnica ela decide à luz
426 do parecer e a luz da leitura que a gente possa fazer que não esteja contemplada. Pode ser assim?

427

428 **Marcílio Caron Neto – CNI**

429

430 Eu acato a sua sugestão.

431

432 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

433

434 Então pronto, nesse item já fica mantida a continuidade dos trabalhos do Grupo de Trabalho, face a essa dúvida
435 gerada pela ausência da expressão 37 A na ementa e uma análise mais aprofundada que possa se fazer do
436 decreto, se está contemplando todas as questões colocadas por este artigo 37 A da Medida Provisória 216667
437 de 24 do 8 de 2001. OK? Podemos ir para outro tema? Podemos? Então, na seqüência, já que a única
438 inversão de pauta foram esses dois, o item 2 e o item cinco nós vamos agora então para o item primeiro. O
439 antigo primeiro que é o parcelamento do solo parcialmente implantado de regular procedimentos antes da
440 publicação da lei 7803/89 no que se refere às APPs. Eu acho que é a Cynthia , né?

441

442 **Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL**

443

444 Cynthia Cardoso, da ANAMMA. Eu gostaria de fazer um esclarecimento aos senhores que a ANAMMA ainda
445 está conversando a respeito de uma proposta inicial, a respeito do assunto, tendo em vista as polêmicas em
446 torno do tema, considerando também que este ano nós teremos várias discussões a respeito das APPs
447 urbanas, maio e junho haverá um grande seminário do planeta verde que vai contemplar APPs em reservas
448 legais e no encontro da ANAMMA que ocorrerá em julho e início de agosto também haverá discussão sobre as
449 APPs urbanas e em setembro a USP e a PUC de São Paulo virão também um grande seminário para discussão
450 de APPs urbanas. Então eu gostaria de solicitar aos senhores, se possível, a gente suspender
451 momentaneamente a apresentação de uma minuta inicial para que a gente tenha o produto, uma minuta inicial,
452 um produto das discussões que ocorrerão nesses três eventos, e eu estarei presente a todos eles
453 representando a ANAMMA e informar também que a Tânia Maria, que trabalha na consultoria do Ministério do
454 Meio Ambiente para acompanhar projetos de lei me informou ontem que o projeto 3057 de 2007 de autoria do
455 deputado Barbosa Neto para batalhar a lei de parcelamento do solo urbano foi arquivado, tendo em vista que
456 nem ele, o deputado Barbosa Neto e nem o deputado Eduardo Cardoso foram reeleitos. E, então o o PL foi
457 arquivado, mas houve um pedido de desarquivamento que ainda não foi contemplado, ainda não foi julgado se
458 haverá ou não esse desarquivamento. Mas também em virtude das ementas que foram apresentadas a este
459 projeto, há hoje novos projetos, são os PLs 20 de 2007 e 31 de 2007 que contemplam a mesma matéria, só que
460 também estão parados. Então, eu gostaria de verificar com os senhores se a gente poderia deixar para o
461 segundo semestre a apresentação da minuta inicial pela ANAMMA.

462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527

Marcílio Caron Neto – CNI

Eu só queria aproveitar esse gancho que a colega está dando. Realmente, quando ele foi negado o arquivamento ou estão demorando é porque vão negar, imediatamente isso é uma estratégia que você reapresenta ele com um outro número. Agora, eu acho que é muito importante a gente trazer para essa discussão aqui. Eu acho que tem que continuar aqui no CONAMA, porque eu acho que é importantíssimo isso, até para que o CONAMA possa respaldar a Comissão de Meio Ambiente na discussão desse assunto. Então eu sugeriria que o CONAMA, claro, inserido dentro da discussão da Câmara Técnica fizesse contato com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal para que o CONAMA pudesse participar dessas discussões como uma assessoria ou talvez alguma coisa desse tipo, porque senão nós estamos discutindo o mesmo assunto aqui e está lá sendo projetada uma preposição, um projeto de lei e fica uma coisa completamente desconexa. Eu tenho visto uma boa vontade da comissão em receber esse subsídio dentro dessa discussão. Eu acho que seria muito interessante que o CONAMA pudesse se integrar dentro dessa discussão, dentro da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal. .

Louise Henriques Ritzel - MPOG

Louise do Ministério do Planejamento. Eu só acho que esse assunto deve estar na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

Ainda não se sabe. Ela está na Comissão de Meio Ambiente. Porque é parcelamento do solo.

Marcílio Caron Neto – CNI

Mas ela passa por várias...

Louise Henriques Ritzel - MPOG

Sim, mas como está começando, não começaria no desenvolvimento urbano?

Marcílio Caron Neto - CNI

Ou qualquer comissão, se fosse de meio ambiente ou urbano, mas que tivesse essa conexão.

Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

Ficaria então como sugestão de decisão da Câmara o seguinte. Cynthia , que você passasse todo esse calendário de atividades que você listo ou, viu Dominique? E que esse calendário de atividades que ela colocou, seminário não sei aonde, São Paulo e tal, que ele fizesse parte do calendário de atividades da Câmara Técnica e do CONAMA, de modo que o CONAMA pudesse providenciar o acompanhamento por você, enfim pela equipe técnica do CONAMA, para obtenção dos subsídios, pelo menos pudesse também providenciar a infra-estrutura daqueles que são custeados no transporte de área e essas coisas que parece que são só ONGs, da Câmara que pudessem estar lá presentes, de modo que essas atividades todas que terão no primeiro semestre e acatando a sugestão da Conselheira Cynthia , no sentido de apresentação de uma primeira minuta no segundo semestre. Então, veja bem, a Câmara Técnica vai acompanhar todas essas atividades, a gente precisa ver qual é a agenda de trabalho desse tema no congresso, na Câmara para também o CONAMA se fazer representado por intermédio de algum membro da Câmara ou pela assessoria técnica do Conselho, de modo que todas essas atividades estivessem dentro do calendário de trabalho da Câmara. Pode ser assim?

Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL

Cynthia Cardoso da ANAMMA, eu gostaria então de já informar as datas. O Congresso Internacional de Direito Ambiental do Planeta Verde tem uma programação para estudantes que começa no dia 27 de maio, mas o evento maior para as discussões sobre APP em reserva legal vai ser do dia 30 de maio a primeiro de junho em São Paulo. O 17a. Encontro Nacional da ANAMMA começará dia 31 de julho e será até o dia 3 de agosto e o Seminário Nacional Sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo acontecerá do dia 4 a 7 de setembro no Auditório na Cidade Universitária de São Paulo. Então, eu sugeriria que após setembro a gente encaminhasse essa primeira minuta, mesmo, porque todos nós sabemos que o tema é um tanto quanto polêmico. Então seria muito mais confortável a gente apresentar uma minuta que fosse até produto das discussões desses três seminários importantes que acontecerão esse ano sobre o tema.

Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

528
529 Cynthia , apenas para a gente não ficar, participa das atividades, viaja e tal, para não ficar sem objetividade, e
530 sem produto das viagens a serem feitas e acompanhadas, então de modo que a gente sinalize que no dia 15 de
531 outubro a gente tenha uma primeira minuta a ser encaminhada a todos os membros da Câmara baseado nesses
532 três eventos e também no acompanhamento que o CONAMA e a Câmara vão fazer com relação aos trabalhos
533 da Câmara Técnica.

534
535 **Dominique Louette - CONAMA**
536

537 Então minha proposta seria o seguinte. O GT que estava funcionando até agora deveria ser prorrogado. Eu
538 proponho que a gente não prorrogue esse GT, que ele se encerre e quando chegar a nova minuta, aí essa
539 minuta vai ter um escopo, a Câmara Técnica vê essa minuta, vê se ela mesma discute essa minuta, porque ela
540 pode estar bem madura ou se ela volta a criar um outro GT para amadurecer a minuta, para a gente não ter um
541 GT que está criado ou prorrogado e que não está acontecendo nada com ele. É só uma questão burocrática,
542 não tem nada a ver com aceitabilidade ou não do trabalho.

543
544 **Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL**
545

546 A Câmara Técnica é permanente?

547
548 **Dominique Louette - CONAMA**
549

550 A Câmara Técnica é permanente. A ANAMMA de qualquer jeito faz parte da Câmara Técnica. Então ela vai
551 chegar na Câmara Técnica para apresentar a minuta. Se a Câmara Técnica considerar que a minuta está
552 madura e que ela pode em uma ou duas reuniões resolver, ela mesma analisa e faz alterações que precisa e
553 encaminha para o jurídico. É criado o Grupo de Trabalho quando a Câmara não se sente confortável se ela
554 acha que tecnicamente precisa de mais aportes então ela cria o Grupo de Trabalho e nesse caso a gente criou o
555 grupo, porque não existia minuta zero e tinha que se construir do zero. Se chega uma minuta o que já
556 aconteceu em várias câmaras uma minuta que já foi bem trabalhada e que a Câmara se sente confortável ela
557 mesma pode deliberar sem criar o grupo, e é mais rápido do que criar o grupo até que ele faça a minuta.

558
559 **Marcílio Caron Neto – CNI**
560

561 Só que até por uma questão de formalização, se você extingue o grupo a coisa fica sem finalidade. Então eu
562 sugeriria o seguinte. Talvez a Cynthia ficaria como o ponto focal, vamos assim dizer, na agregação dessas
563 informações. Porque alguém tem que construir essa minuta para chegar em outubro aqui e apresentar essa
564 minuta. Está certo? Senão ela não tem função. Então, eu acredito que tem que ficar o ponto focal com a
565 Cynthia dentro dessa condição. Quer dizer, o GT fica congelado na pessoa dela até em outubro. Em outubro
566 quando ela estiver com esse esboço se cria um Grupo de Trabalho já em cima de uma minuta, porque se você
567 cria o grupo e vai se discutir uma minuta, eu acho que é muito tempo perdido. E, ela tem condições de pegar e
568 angariar todas essas informações e buscar todo esse conteúdo e formatar pelo menos um texto básico para que
569 o grupo que será constituído dentro da nova constituição da Câmara possa discutir o assunto. Essa é minha
570 sugestão.

571
572 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
573

574 Está bom. Agora eu queria só, está perfeito então. Apenas acrescentar que o trabalho ponto focal é a Cynthia
575 enquanto Conselheira, mas eu faço questão do acompanhamento da assessoria técnica do CONAMA, que
576 esteja ajudando a Cynthia e que compareça a todos esses eventos e monte relatório e etc. Ou seja, que a
577 assessoria técnica do CONAMA e diretoria do CONAMA se organize, porque então pelo o que eu entendi a
578 Câmara pensou um pouco diferente do que você colocou de não extinguir então o grupo e o grupo continua e
579 seu plano de trabalho são exatamente esses três eventos no acompanhamento e nas discussões e elaboração
580 dos relatórios com uma minuta final no dia ou a primeira versão da minuta no dia 15 de outubro, porque aí você
581 fica com o tempo de três semanas entre o último evento e o dia 15. Pode ser assim, Dominique, te contempla?
582 Então OK, eu acho que a decisão fica assim. O calendário de trabalho do grupo é este, os três eventos, mais o
583 acompanhamento também no Congresso Nacional e o acompanhamento da assessoria técnica.

584
585 **Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL**
586

587 Cynthia. Gostaria de fazer um questionamento a respeito deste acompanhamento no congresso. Quem o fará?

588
589 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
590

591 Pois é. O acompanhamento técnico Cynthia , que eu estou entendendo, é você em articulação junto com a
592 assessoria técnica do próprio CONAMA.
593

594 **Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL**
595
596 A SQA?
597
598 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
599
600 Não, é o CONAMA, a diretoria do CONAMA. A diretoria do CONAMA se organiza internamente junto contigo e
601 vê como se faz isso daí.
602
603 **Marcílio Caron Neto – CNI**
604
605 Porque ter esse acompanhamento, a própria ANAMMA deve ter uma assessoria parlamentar, não tem?
606
607 **Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL**
608
609 Não.
610
611 **Marcílio Caron Neto – CNI**
612
613 Nem a confederação dos municípios não tem?
614
615 **Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL**
616
617 Eu não sei. CNM, está criando sede aqui em Brasília agora.
618
619 **Marcílio Caron Neto – CNI**
620
621 É porque é muito simples se constituir isso.
622
623 **Dominique Louette - CONAMA**
624
625 É porque na verdade a Secretaria Executiva do CONAMA, o que ela faria seria utilizar a ASPAR do Ministério do
626 Meio Ambiente, a gente não estaria indiretamente como secretaria executiva. Então no nosso caso seria
627 através e da ASPAR e da SQA que é a secretaria que está vendo esse assunto.
628
629 **João Carlos De Carli - CNA**
630
631 João Carlos da CNA. Como sugestão já que acredito que a maioria das pessoas que estão aqui presentes
632 ainda vão estar na próxima composição dessa Câmara Técnica.
633
634 **Marcílio Caron Neto – CNI**
635
636 Como você pode afirmar isso?
637
638 **João Carlos De Carli - CNA**
639
640 Porque todo mundo aqui tem duas.
641
642 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
643
644 Você não sabe. Não fique fazendo constatações. Você não sabe se a gente vai alterar o regimento.
645
646 **João Carlos De Carli - CNA**
647
648 Acredito eu que possam não estar aqui presentes que deixem uma recomendação desta composição da
649 Câmara Técnica para a próxima de que o testificou assim adormecido enquanto não houvesse tais eventos para
650 deixar uma justificativa para quando for pedido na próxima reunião que se crie novamente o GT, porque a
651 criação? Aí tem um histórico dizendo exatamente do porquê, esperando esses eventos que ocorreriam agora
652 nesses próximos meses, só para não haver alguma restrição da próxima Câmara Técnica.
653
654 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
655
656 Está bom. Porque veja bem, eu entendi agora do ponto de vista da formalidade. Então veja bem, então o
657 Grupo de Trabalho continua, a Cynthia e a ANAMMA continuam sendo o ponto focal com auxílio da assessoria
658 técnica da diretoria do CONAMA. Tem esse conjunto de atividades que são quatro atividades. O
659 acompanhamento na Câmara e esses três eventos desse calendário que agora a Câmara incorporou como um

660 calendário de trabalho da própria Câmara, e finaliza esses quatro eventos num relatório a ser elaborado
661 minutada numa primeira versão pela ANAMMA a ser entregue no dia 15 de Outubro. Por quê? Porque é logo
662 depois que acontecem esses eventos. Aí a gente não falou da composição do Grupo de Trabalho, a gente falou
663 do Grupo de Trabalho do objeto. Até porque ele é alterado automaticamente na medida em que você altera as
664 pessoas e representações da própria Câmara Técnica, face esse impedimento regimental de poder continuar
665 dois mandatos e etc. Pode ser que a gente altere o regimento. Bom, então eu acredito que o item 1 também
666 está vencido, está decidido. O antigo item um. Agora vamos para o item 3 que é a questão do patrimônio
667 espeleológico. A SBF e MMA relatarão o andamento dos trabalhos do GT.

668
669 **Flávio Henrique Souza dos Santos - SBF**

670
671 Flávio, Diretoria de Áreas Protegidas da SFB. Bom, vou relatar brevemente aqui, não especificamente o
672 andamento do GT, mas o andamento das atividades que estão por trás para se possibilitar a reunião desse
673 GT. No começo nós montamos com a ajuda do CONAMA a portaria para constituir o GT e íamos realizar a
674 primeira reunião quando houve um certo desentendimento sobre o escopo de que critério seria esse que a 347
675 do CONAMA aponta, que seriam critérios para relevância diz no texto de anuência para licenciamento, diz a
676 interpretação do Ministério das Minas e Energia especificamente que seriam critérios para supressão de
677 cavidades naturais. Sabe-se que atualmente de acordo com a legislação tem um decreto presidencial que
678 impossibilita a supressão de qualquer cavidade e seria a legitimação de critérios para supressão na 347 e a
679 parte de discutir qual o escopo da discussão, nós em conjunto com o centro especializado do IBAMA, nós
680 diagnosticamos que somente oferecer os critérios não ia representar um grande conforto para os técnicos que
681 fazem análise técnica e autorizam a supressão disso em termos de legislação. Por quê? A própria PROJ do
682 IBAMA, a jurídica do IBAMA já teve duas interpretações a respeito da possibilidade de supressão ou não de
683 acordo com o que indica a 347. Então com critérios ou não, o que vem acontecendo já tem alguns critérios
684 colocados na própria 347 e isso teria que ser detalhado. O que acontece é em caso de solicitação de supressão
685 vem tudo para o licenciamento federal e então colocasse mais detalhes nisso não ia resolver esse problema de
686 que tudo cairia para o licenciamento federal e a gente sabe atualmente que o IBAMA não está tendo condições
687 para dar andamento nesse licenciamento e, especificamente na região de Minas Gerais nós temos o indicativo
688 do Ministério Público de que ele não reconhece a supressão de patrimônio Espeleológico. Então ele estaria
689 esperando um técnico assinar uma autorização para cair em cima disso e a gente sabe que o técnico vai ser
690 responsabilizado, e então somente fornecer os critérios não ia resolver o problema. Ia ser mais um paliativo,
691 mas não ia resolver o problema. O Ministério das Minas e Energia propôs uma saída um pouco mais simples
692 que seria supressão do artigo 2 do decreto 99556 que impossibilita a supressão. E aí, com os critérios
693 definidos, isso proporcionaria um arcabouço legal um pouco mais consistente, mas mesmo assim não seria uma
694 saída muito... qual palavra eu poderia usar? Não seria uma saída muito responsável do ponto de vista
695 ambiental, visto que como o objeto é muito específico nós temos muitas secretarias de estado que não tem
696 competência técnica estabelecida para licenciar ambientes especificamente de cavidades naturais. Nós temos
697 pouco conhecimento específico dessa área em algumas secretarias estaduais. Então, baseado nisso, o ano
698 passado, para propor uma saída consistente, tanto técnica como do ponto de vista ambiental e produtivo, o
699 IBAMA e o MMA, na verdade o IBAMA criou um GT interno com participação do Ministério do Meio Ambiente
700 para se discutir uma revisão da legislação sobre patrimônio espeleológico e a substituição completa desse
701 decreto por uma coisa mais consistente que possibilitaria a supressão, mas deixaria claro quais são
702 procedimentos de licenciamento e procedimentos de proteção, para que os técnicos tivessem um arcabouço
703 legal para subsidiar a atitude dele de liberar ou não um patrimônio espeleológico para a supressão. O Ministério
704 das Minas e Energia continuou na linha de simplesmente suprimir um artigo do decreto atual, propor uma nova
705 redação simplesmente suprimindo, ofereceu essa proposta de maneira não oficial a algumas diretorias do
706 IBAMA, e inclusive levou isso ao conhecimento da Casa Civil quando o IBAMA e Ministérios foram chamados
707 para se posicionar. E a partir do começo desse ano nós temos algumas negociações já junto à Casa Civil com a
708 SBF e SDS do Ministério apoiando também, com uma proposta nova de decreto que o IBAMA forneceu que já
709 está sendo discutida pelo Ministério das Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, para se
710 chegar ao consenso quanto à redação disso. Junto a isso também teria a gestão de um projeto de lei do ex-
711 deputado Fábio Feldman que estaria pronto para entrar na pauta de votação e se ele entrasse toda essa
712 negociação de decreto seria impossibilitada, e aí teríamos que recorrer talvez até um veto presidencial para
713 derrubar esse projeto de lei que na atual circunstância ele é conservador demais para propiciar que sejam
714 suprimidas as cavernas possibilitando a atividade minerária em algumas regiões, mas que seria feito dentro de
715 critérios técnicos resguardando realmente a relevância desse patrimônio. E então baseado nisso nós temos hoje
716 o GT interno do IBAMA já com uma proposta final de redação que já foi levada à Casa Civil para substituir o
717 decreto 99556 e paralelo a isso o IBAMA e o Ministério vão fazer oficinas com o corpo técnico da Sociedade
718 Científica Brasileira para subsidiar o Ministério e o IBAMA para levar já uma proposta inicial para o GT para ele
719 se reunir já com o horizonte de melhora na legislação e uma proposta técnica já discutida com alguns membros
720 da sociedade pelo Ministério de meio ambiente e IBAMA. Então, atualmente o GT ainda não se reuniu porque
721 o Ministério e IBAMA acharam que ainda não se tem um ambiente de legislação favorável só para se fornecer
722 esses critérios. E, então estamos fazendo um trabalho mais completo para propiciar que esses critérios
723 realmente tragam algum benefício e algum avanço nessa polêmica entre supressão, proteção e produção
724 minerária.
725

726 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

727

728 Flávio, eu acho que são muitas informações que ficam assim de primeira, mas eu achava importante que você
729 pudesse então sistematizar para a gente e enviar para a Câmara e para o CONAMA qual é o calendário de
730 trabalho para 2007. Porque tudo isso, eu te digo pela experiência de APP quando a gente assumiu essa
731 Câmara em 2003, o CONAMA e Câmara já vinham discutindo há dois anos e ninguém tinha uma definição com
732 relação a isso e nós em comum acordo com o diretor do CONAMA logo quando o Nilo assumiu é o seguinte,
733 nós vamos ficar no máximo aqui um ano e vamos mandar esse material para o plenário do CONAMA. Porque
734 não é possível que o país fique esperando anos e anos e não se tenha uma definição. Alguém tem que decidir
735 e se essa atribuição está colocada pela Resolução ao plenário do CONAMA, o CONAMA que decida e arque
736 com as consequências dessa decisão. Então, eu pediria para você, dentro das possibilidades, que
737 encaminhasse qual é a agenda de trabalho, até porque me parece que o Grupo de Trabalho que foi criado em
738 2005, ele deve ter um prazo de onde você chegou tenha os resultados finais do grupo.

739

740 **Flávio Henrique Souza dos Santos – SBF**

741

742 Isso é até um questionamento do Ministério das Minas e Energia, e eu não tenho subsídio para informar, que o
743 tempo estabelecido na 347 são 180 dias, mas a partir da criação da primeira reunião da constituição, porque o
744 Ministério das Minas e Energia já acha que esse GT ele não existe mais, porque ele foi criado em 2005, mas ele
745 ainda não foi empossado, não teve uma portaria de designação e nem teve uma primeira reunião. Então talvez
746 o CONAMA tenha que se posicionar em qual é a data que vale, porque o Ministério das Minas e Energia não
747 reconhece mais esse GT como válido.

748

749 **João Carlos De Carli - CNA**

750

751 Só fazer uma pergunta. A Câmara Técnica já deliberou sobre esse Grupo de Trabalho? Ou só a plenária que
752 repassou?

753

754 **Dominique Louette - CONAMA**

755

756 Não. O Grupo de Trabalho foi proposto na Resolução. A Resolução que indicou que deveria ser criado um
757 Grupo de Trabalho, mas não um Grupo de Trabalho do CONAMA, mas um Grupo de Trabalho interministerial ou
758 intersetorial até. Então ele foi criado por portaria da Ministra.

759

760 **João Carlos De Carli - CNA**

761

762 Mas se for uma Resolução do CONAMA o Grupo de Trabalho é do CONAMA. Ele não pode...

763

764 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

765

766 Não, está lá, olha lá o artigo nono. Grupo de Trabalho Interministerial.

767

768 **João Carlos De Carli - CNA**

769

770 Sim, mas a gente tem que colocar o que é legal e o que não é legal. O CONAMA só pode delegar em cima do
771 que é dele. Ele não pode obrigar o Ministério X a participar do grupo.

772

773 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

774

775 Eu estou entendendo o que você está colocando, mas a Câmara não vai discutir até porque tem uma Câmara
776 específica no CONAMA, que vai discutir as questões de cunho mais jurídico. No artigo nono da Resolução 347
777 de 2004, ela é explícita. Sem prejuízo da imediata aplicação desta Resolução, o Ministério do Meio Ambiente
778 constituirá GTI interministerial que terá 180 dias para subsidiar o programa nacional de proteção ao patrimônio
779 espeleológico e elaborar critérios para caracterização da relevância de que trata o artigo segundo inciso dois a
780 serem submetidos ao CONAMA. Então veja bem, não vamos entrar aqui. Porque eu acho que aí, embora a
781 gente possa falar, mas não vamos discutir a questão jurídica, vamos discutir a questão técnica do
782 encaminhamento desse GTI ou da portaria. Não vamos deixar o lado jurídico, embora eu ache que a Câmara
783 deva falar.

784

785 **João Carlos De Carli - CNA**

786

787 Presidente, deixa eu terminar de falar, você me interrompeu no meio e não deixou eu terminar minha colocação.
788 O que estou tentando colocar aqui é o seguinte. Se é um GT interministerial não tem nada que a gente vá
789 resolver aqui. Já começa por aí. Se for um GT interministerial dentro do CONAMA ou alguma coisa assim,
790 vamos colocar, aí sim existe o regimento interno. Se não, se vocês estão achando que o GTI não tem nada a
791 ver dentro do CONAMA, é uma coisa do Ministério do Meio Ambiente com os outros Ministérios, a gente não

792 tem nada que comentar aqui e então a gente não poderia nós do CONAMA dar resposta ao que o Flávio pediu
793 para a gente. Quem tem que dar essa resposta é o Ministério do Meio Ambiente. É isso que eu estava
794 tentando colocar aqui. Não é em cima, se a gente pode ou não. É colocando o que não é de nossa
795 competência.

796

797 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

798

799 Atendendo a solicitação do Conselheiro João Carlos, como é que a gente resolve isso daí concretamente?
800 Porque em certo sentido, veja lá, tem a Resolução do CONAMA que aponta nisso e tem uma portaria que foi
801 criada pelo Ministério do Meio Ambiente e cabe ao Ministério do Meio Ambiente responder ao trabalho desse
802 Grupo de Trabalho que foi criado por portaria da própria Ministra, porque ela que expede as portarias. Qual é o
803 resultado disso?

804

805 **João Carlos De Carli - CNA**

806

807 Tem outra coisa também. Se os outros Ministérios não quiserem comparecer a esse grupo que a Ministra
808 colocou eles também tem o direito de não participar. Eu estou colocando o exemplo que não tem nada a ver
809 com nós Conselheiros aqui.

810

811 **Dominique Louette - CONAMA**

812

813 Esse ponto está na pauta não porque a Câmara tenha alguma coisa a exigir do grupo interministerial. Não é um
814 grupo do CONAMA, mas como é um grupo que foi criado por Resolução do CONAMA e esse grupo
815 normalmente vai complementar a Resolução do CONAMA, porque o grupo vai se reunir ele vai fazer alguma
816 coisa que vai ser uma Resolução que vai passar para a gente e vai entrar no plenário. Uma minuta. Uma
817 proposta de Resolução.

818

819 **João Carlos De Carli - CNA**

820

821 Que a Câmara Técnica delibere sobre ela para ela partir daí vai seguir os trâmites normais dentro do CONAMA.

822

823 **Dominique Louette - CONAMA**

824

825 Completamente de acordo. É uma minuta que vai entrar aqui que pode ser completamente alterada. Mas como
826 é um grupo justamente que vai trazer um produto para a Câmara Técnica, por isso está na pauta, mas como
827 informação e a informação que se dá é que esse produto que a gente espera não vai chegar nos tempos que
828 estão previstos pelas razões expostas pelo Flávio. Só para a Câmara saber como estão andando os diferentes
829 assuntos que ela tratou até agora.

830

831 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

832

833 Então, como é que a gente fica concretamente? O Flávio prestou os esclarecimentos. Então, eu acho que a
834 nossa decisão podia ser o seguinte. A gente expedir um ofício para a nossa presidenta, a presidenta do
835 Conselho Nacional do Meio Ambiente pedindo que informe oficialmente ao Conselho, não necessariamente só à
836 Câmara, à medida que informe à Câmara, informa também ao Conselho o andamento do Grupo de Trabalho
837 que foi criado por portaria dela, e no mesmo ofício, a gente solicita qual é o calendário e o plano de trabalho
838 para 2007. Porque esse tema veio, foi uma das primeiras decisões da nossa Câmara para 2003, 2004, 2005,
839 2006 e a gente já está em abril de 2007 e não se resolve isso daí. Então, eu acho que a decisão da Câmara
840 poderia ser essa. Nós pedimos ofício à Presidente do Conselho pedindo um pronunciamento com relação ao
841 Grupo de Trabalho e qual é o calendário de 2007 e quando finalmente teremos uma primeira minuta dos
842 critérios complementares para caracterização da relevância de que trata o artigo segundo, inciso 2.

843

844 **Dominique Louette - CONAMA**

845

846 Bom, eu acho que não precisa de ofício para a Ministra. Eu acho que a gente tem o coordenador do grupo aqui,
847 é só a gente pedir para encaminhar para a Câmara aqui um ofício explicando colocando isso por escrito e a
848 gente pode disponibilizar isso para todos os Conselheiros, acho que não precisamos de tanta burocracia.

849

850 **João Carlos De Carli - CNA**

851

852 E, tentando sempre melhorar o trabalho do CONAMA, o que a gente pode fazer também é encaminhar um ofício
853 aos representantes no CONAMA desses Ministérios solicitando informações do porque de não ter ainda
854 atendido essa portaria da Ministra e tentar conversar com eles o porque do Ministério não estar respondendo ou
855 não ter comparecido ou o que está fazendo esse grupo não andar.

856

857 **Flávio Henrique Souza dos Santos – SBF**

858

859 Então, especificamente, eu acho que não houve o chamado da primeira reunião. Então nós não temos a falta
860 de participação, porque nós nunca solicitamos, porque estrategicamente não é só isso que vai responder e
861 resolver o problema.

862

863 **Marcílio Caron Neto – CNI**

864

865 Eu acho que tem uma questão de estrutura, se o GT não foi constituído e não existe oficialmente existe para
866 mim aí a primeira grande falha. O GT tinha que ser demandado dentro dessa estrutura por alguém. E o nosso
867 amigo veio aqui, fez uma colocação e está atrás de soluções e o GT não tem personalidade jurídica, se assim a
868 gente pudesse dizer de mando, de decisão. Quer dizer, a coisa está solta, completamente solta. Caberia sim
869 talvez à Câmara pela preocupação e pelas próprias colocações que o relator acaba de colocar da preocupação
870 dele dessa demora, eu acho que cabe sim à Câmara realmente encaminhar realmente a preocupação. Eu acho
871 que tem que colocar pela preocupação de realmente ainda o Grupo de Trabalho não ter sido instalado, para
872 depois chegar dentro das dificuldades e dentro dos pontos que ele acabou de colocar. Essa é minha
873 contribuição.

874

875 **Flávio Henrique Souza dos Santos – SBF**

876

877 Deixa eu talvez esclarecer um ponto. O fato do GT não ter começado é porque tem razões que antecedem a
878 definição de critérios que tem que ser tomadas e já estão sendo tomadas. A definição de critérios é um passo
879 posterior ao que a gente já está fazendo que é a revisão da legislação, atualização do decreto presidencial,
880 bloqueio do projeto de lei na Câmara dos Deputados que tem até o substitutivo proposto pela Ministra Marina
881 Silva. Então as ações que antecede em a definição desses critérios estão sendo tomadas para em se definindo
882 os critérios você tem um ambiente legal em que esses critérios possam ser utilizados. Porque hoje em dia esses
883 critérios até pela jurídica do IBAMA e pelo Ministério Público, eles não têm um ambiente em que eles possam
884 ser interpretados de uma maneira sem trazer ônus ou para o técnico ou para o setor minerário.

885

886 **Marcílio Caron Neto – CNI**

887

888 Tudo bem, eu entendo só que essa discussão pode ser feita dentro do GT, porque se cria, tem que se criar o GT
889 e se faça toda essa discussão que você está colocando dentro do GT. Ele tem que ter uma personalidade
890 constituída para discutir porque é uma exigência da Resolução ir buscar o subsídio, a busca da norma e etc. Eu
891 acho que tem que ser feita dentro do conceito do GT.

892

893 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

894

895 Porque Flávio, veja bem, eu não sei se você compreende diferente, eu acho que não há prejuízo, de que você
896 faça essa discussão dentro do Grupo de Trabalho, mas você institucionalize ele já convocando oficialmente a
897 primeira reunião. E aí no próprio Grupo de Trabalho você cria um espaço institucional no Grupo de Trabalho
898 para desenvolvimento de todas essas ações. Ou seja, você não precisa ter pré-requisitos antes para formular
899 ou para ter a primeira reunião do Grupo de Trabalho. Eu acho que a nossa decisão poderia ser apresentar à
900 nossa Presidente a preocupação da não existência da primeira reunião formal do Grupo de Trabalho que foi
901 criado em dezoito de abril de 2005. Nós já estamos a quase dezoito de abril de 2007, dois anos depois o Grupo
902 de Trabalho formalmente que a gente não pode ficar nesse voluntarismo. Tem horas que eu sou amigo teu e
903 dele mas existem as instituições, os procedimentos e regras que não é minha, não é tua, não é dele e nem de
904 ninguém, é do estado e sociedade brasileira. Então eu acho que é pertinente e queria consultar à Dominique
905 que saia daqui da Câmara Técnica, a nossa Presidente a preocupação da não instalação dois anos depois da
906 primeira reunião do Grupo de Trabalho. Eu não quero diminuir esses trabalhos que estão sendo feitos, eu acho
907 que eles reforçam e leva tudo isso para esse Grupo de Trabalho ter a sua primeira reunião formal.

908

909 **João Carlos De Carli - CNA**

910

911 Bom, complementando o que você colocou, Rosalvo, o que acontece é que uma Resolução do CONAMA é um
912 ato normativo do Ministério do Meio Ambiente e então acredito que a partir do momento que sai uma Resolução
913 com esse artigo o Ministério do Meio Ambiente fica amarrado a desenvolver o que o CONAMA deliberou. Se o
914 Ministério do Meio Ambiente acredita que estrategicamente não é interessante criar o GT, não pode acontecer
915 isso. Agora ele vai acompanhando e não pode durante dois anos estrategicamente o Meio Ambiente segurar a
916 criação do GT nem que criasse dentro de 180 dias e depois trabalhasse e perdesse lá dentro, mas a primeira
917 reunião, como deliberação do CONAMA, ela tem que acontecer de forma obrigatória e deveria ter sido dentro do
918 prazo de 180 dias.

919

920 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

921

922 Tudo bem, aí eu consulto aos Conselheiros, podemos tomar como decisão isso? Dominique, sair um ofício aqui
923 da Câmara colocando para a Presidente a preocupação de que ainda em que pese todas as informações

924 apresentadas pelo Flávio, de que formalmente ainda não houve a reunião do Grupo de Trabalho que foi dois
925 anos depois do Grupo de Trabalho que foi criado em dezoito de abril de 2005.

926

927 **Dominique Louette - CONAMA**

928

929 Nesse caso você encaminha para a gente o ofício que a gente encaminha para a Ministra.

930

931 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

932

933 Eu fico na incumbência dentro desse conteúdo de mandar uma minuta com cópia para vocês e a Dominique
934 melhora ali o português, faz-nos conformes e aí a Dominique encaminha por intermédio da assinatura do nosso
935 diretor à presidenta colocando essa preocupação que a Câmara tem com relação ao GT.

936

937 **Louise Henriques Ritzel - MPOG**

938

939 A minha sugestão é só que como a gente teve em reunião como pauta a informação do grupo e ele veio e
940 trouxe a informação, que a gente colocasse então para a Ministra, a partir daí considerando essa informação,
941 porque senão parece que o Ministério não fez absolutamente nada e nós estamos aqui sem saber de nada.
942 Considerando a informação, que a gente sugere, pode sugerir que o Ministério convoque o Grupo de Trabalho
943 para apresentar o que já foi feito.

944

945 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

946

947 Perfeito, eu entendi e então combinei com o Flávio e ele vai fazer isso por escrito no relatório, e vamos anexar
948 nesse ofício que a gente vai mandar para a nossa Presidenta. Considerando nesse item quatro a decisão da
949 Câmara, vamos ao item cinco da zona costeira, que é o antigo item quatro que é o novo item cinco. Então com
950 a palavra o companheiro Zamboni.

951

952 **Ademilson Zamboni – MMA**

953

954 Boa tarde a todos vocês. Eu sou Zamboni, coordeno o Grupo de Gestão Costeira e Marinha o GERCOM aqui
955 no Ministério e a gente vai falar um pouco sobre o andamento dos trabalhos do relatório de qualidade ambiental
956 para zona costeira. Bom, é importante situar não sei se todos vocês se lembram atualmente como é a origem
957 dessa questão o decreto 5.300 de 17 de dezembro de 2004, o decreto ele na verdade trata da lei do
958 gerenciamento costeiro de 7661, e tem como um dos seus artigos que o Ministério do Meio Ambiente em
959 conjunto com Ibama, deveria propor normas técnicas ou uma metodologia para elaboração do relatório de
960 qualidade ambiental para zona costeira e marinha. Bom, isso é de 2004 e nós já havíamos começado essa
961 conversa com o CONAMA, o Rosalvo esteve conosco aqui não lembro exatamente qual a data e a demanda
962 para trazer para essa Câmara acompanhar o andamento do desenvolvimento dessa metodologia, nós
963 avançamos numa agenda até uma série de ações e por conta de uma série de questões que o João Luiz vai
964 colocar, nós não avançamos tanto quanto nós gostaríamos nessa agenda de execução dessa metodologia.
965 Mas a gente já vai trazer aqui para vocês uma proposta metodológica que nós estamos trabalhando para trazer
966 para o CONAMA em cima da questão dos indicadores, porque não adianta trabalhar só o relatório de qualidade
967 ambiental por si próprio. O relatório de qualidade ambiental seria na verdade uma fotografia sem nenhuma
968 correlação temporal e que nós pudéssemos a cada cinco ou dez anos gerar novos relatórios a partir de uma
969 estratégia e juntasse estados e até os municípios numa visão mais localizada da qualidade desses ambientes.
970 E isso tudo esbarra na detecção de indicadores de qualidade ambiental e quando se trata de indicadores, a
971 gente entra num universo que se eu perguntar para vocês, me dêem um indicador para alguma coisa vocês me
972 darão um indicador, assim o IBAMA tem, e o IBGE que trabalha com todos os indicadores do mundo também
973 tem indicadores para algumas coisas e enfim, se eu perguntar para o Ministério das Minas e Energia também
974 trará indicadores, mas a consolidação e para que serve esses indicadores era o grande problema, e não temos
975 essa experiência no Brasil. Então se nós pegarmos a forma de Política Nacional de Meio Ambiente já diz que
976 um dos instrumentos é o relatório de qualidade para o meio ambiente e isso é de 1981 e este não tem. Se fosse
977 fácil já teria feito e então o IBGE consegue fazer, porque tem um esforço sistemático de geração de indicadores
978 e alimentação de indicadores e então o João Luiz meu colega da nossa equipe vai apresentar como é que isso
979 avançou, em que ponto nós estamos e qual é nossa estratégia depois para chegarmos a esse trabalho. Por
980 favor, João Luiz.

981

982 **João Luiz Nicolodi – SQA/MMA**

983

984 Bem, bom dia a todos. Como o Zamboni colocou, a partir do momento que a gente começou a trabalhar com a
985 definição de estratégia para elaboração de relatório de qualidade ambiental, a gente já sabia desde o início do
986 processo que ia chegar no ponto da definição dos indicadores. Então a idéia de apresentar rapidamente em
987 alguns poucos slides qual a linha de trabalho que a gente está adotando para essa proposta. Como vocês
988 podem acompanhar na tela ali aplicação de indicador do gerenciamento costeiro e marinho existem 700
989 iniciativas de GERCO que seria abreviação de Gerenciamento Costeiro e Marinho desde 1960 que foram

990 iniciados em mais de 140 países. Apenas metade delas foram implementadas, aproximadamente, outras foram
991 que não tiveram andamento e em todos os casos se observou a necessidade de monitoramento e avaliação da
992 eficiência dessas iniciativas. Essa avaliação se dá basicamente pela aplicação de indicadores. A esses
993 indicadores em linhas gerais, eles têm a dimensão ambiental, sócio-econômica e de governança. Depois
994 rapidamente tem um slide explicando um pouquinho isso, aplicação desses indicadores para avaliação de
995 programa de gerenciamento costeiro e marinho é incipiente, existem alguns estudos de caso que a Unesco
996 acompanha que são aqueles países listados ali. Canadá, Chile, China, França, existe um projeto de uma região
997 ali que pega três países, Alemanha, Holanda, Dinamarca, a Alemanha em outra região do seu próprio país,
998 Tanzânia e Tailândia. Interessante citar que exceção da Tanzânia que tem um litoral bastante reduzido, todas
999 as outras experiências são pontuais, eles não abrangem a costa inteira. Você vai na China e a experiência de
1000 publicação de indicadores gerenciamento costeiro e marinho é numa laguna costeira. Você vai no Chile, é
1001 região de Bio-Bio. E então a França também é só uma região. Então isso é para dar uma noção de como estão
1002 sendo aplicados esse tipo de metodologia que embora elas se diferenciem quanto a abordagem você pode
1003 trabalhar com abordagem sistêmica, abordagem de estado, pressão e resposta e então existem diversos
1004 formatos de abordagem, mas os países que estão aplicando indicadores e gerenciamento costeiro são esses
1005 como eu coloquei. Aí sim o que eu *escaneei* do próprio livro da Unesco indicando quais são os países e quais
1006 os tipos de programa. Bom, os indicadores, a função do indicador informação quantitativa e qualitativa
1007 padronizada que tem por objetivo fácil compreensão, utilização no processo de decisão. Eles simplificam e
1008 reduzem o volume de informações, porque na hora que a gente pensa no relatório de qualidade ambiental seja
1009 para zona costeira e seja para onde for a gente pode pensar em calhamaço de informações de difícil
1010 assimilação e que não traria uma utilidade prática para tomador de decisão, para quem vai tomar decisão ele
1011 precisa de um indicador que seja fácil e como acredito que todo mundo aqui tem conhecimento disso e então
1012 vamos dizer assim seria a base pela qual a gente está trabalhando esse tipo de informação. Bom, um bom
1013 indicador, ele tem que proporcionar uma visão das condições de pressão ambiental e resposta dessas
1014 condições e pressões, simples e fácil de interpretar, indicadores muito complexos também acabam confundindo
1015 mais do que ajudando ele deve responder mudanças no ambiente relacionados à atividades humanas ele tem
1016 que proporcionar uma base para comparações internacionais, ou seja também criar indicadores não levando em
1017 conta experiências internacionais que você pode trazer no futuro que o seu indicador e sua informação não pode
1018 ser comparada com nenhum outro país, então a gente também trabalha da mesma maneira que não vai pegar
1019 uma cartilha de um organismo internacional como Unesco e seguir à risca, porque a gente sabe que existem
1020 diferenças regionais e exige a necessidade de adaptação, mas a gente também deve levar em conta esse tipo
1021 de metodologia que é aplicado no mundo inteiro. O indicador tem que ser aplicável à escala nacional ou
1022 regional e tem que ter uma base de comparação com pré-existentes caso existam obviamente ou valores e
1023 informações, talvez seja um termo mais correto que vão ser monitorados. Com relação aos critérios técnicos
1024 deve estar teórica e cientificamente bem fundamentados e devem se basear em consensos internacionais dada
1025 a mesma justificativa que eu dei anteriormente. Bom, os dados necessários para alimentar esses indicadores
1026 devem estar disponíveis e devem ter uma boa relação custo benefícios, indicadores muito complexos e muito
1027 caros, principalmente, dada a realidade que nós temos de equipes técnicas, por exemplo junto aos estados e
1028 municípios, um indicador muito elaborado e muito cientificamente sofisticado ele pode ser inviável de se aplicar.
1029 Eles devem ser bem documentados para poder fazer uma avaliação da qualidade e atualizados. Aí como eu
1030 coloquei no início são três grandes grupos. São grupos indicadores de governança que avalie o desempenho
1031 dos programas de gestão, assim como o processo é a qualidade das intervenções desse processo, no caso do
1032 gerenciamento costeiro e marinho e os indicadores ambientais eles avaliam alterações do estado dos ambientes
1033 comparando condições atuais com aquelas desejadas e até também comparando situações pretéritas desde
1034 que exista o dado. Indicadores sócio-econômicos refletem influências, nesse caso costeiro e marinho e você
1035 pode com ele mensurar o grau de sucesso e até mesmo de fracasso na implementação e acabou ficando a sigla
1036 em inglês do gerenciamento costeiro e marinho. Aí nesse manual da Unesco e metodologia da Unesco que foi
1037 recentemente publicada depois de anos e anos de estudo foi publicado há alguns meses atrás, nesses dois
1038 meses atrás, a gente selecionou rapidamente para dar uma noção alguns que eles sugerem. Por exemplo, a
1039 existência de coordenação estadual em gerenciamento costeiro e legislação específica e mecanismo de
1040 resolução de conflitos, manejo efetivo em áreas que sejam cobertas por esse plano de gerenciamento costeiro,
1041 caso existam, existência e divulgação de pesquisa científica referente ao GERCO, o nível de participação
1042 popular, a incorporação de GERCO nos currículos de cursos universitários, entre outros. Existe na verdade
1043 como Zamboni falou no início se perguntar para cada um cada um tem uma idéia do que seria um indicador.
1044 Então, diversidade biológica, distribuição de espécie, qualidade de água e balneabilidade de praias, introdução
1045 de contaminantes, erosão costeira e qualidade dos condimentos. Só para citar e depois a gente vai mostrar
1046 rapidamente desses a gente tem convivido bastante com problemas de erosão costeira por exemplo,
1047 balneabilidade de praias e qualidade de água que são informações que existem dados que pode avaliar como
1048 indicadores de mais fácil coleta e disponibilização. Sócio-econômicos. Bom, dinâmica da população, valores
1049 culturais, investimentos diretos públicos e privados nas áreas cobertas por plano de gerenciamento costeiro,
1050 saúde pública, acessos públicos às praias e outros terrenos da união, por exemplo, número de empregados na
1051 indústria da pesca e números que são colocados nessa publicação da Unesco. As experiências aqui no Brasil.
1052 Principalmente no âmbito Federal. O IBGE desde 2002 está responsável pela elaboração do conjunto de
1053 indicadores para acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento do Brasil. Eles também
1054 apresentam as dimensões ambiental, socioeconômico e institucional. Muito parecido com o que a Unesco
1055 trabalha. Já são cinco anos de experiência do IBGE considerando o maior órgão de pesquisa e estatística

1056 geográfica do Brasil eles conseguiram definir três indicadores no capítulo que eles próprio denominaram como
1057 oceanos, mares e áreas costeiras e esses três dizem respeito a produção de pescado marítima e continental e
1058 população residente em áreas costeiras e a gente trouxe rapidamente só para exemplificar tirado da publicação
1059 do IBGE e esse é o tema balneabilidade de praia, e mesmo que o IBGE tenha publicado esse indicador e esteja
1060 atualizando esse indicador, se a gente fizer uma análise mais cautelosa do dado a gente vê que esse dado é
1061 pontual e não existe ao longo da Costa brasileira monitoramentos de praia dados contínuos e sistemático,
1062 existem alguns programas, alguns estados que monitoram isso há bastante tempo. E então o IBGE é um dado
1063 gráfico ali que permite a gente visualizar é um dado picotado tanto espacialmente quanto temporalmente, mas
1064 foi possível, é um dos poucos onde foi possível já estabelecer um indicador desse tipo que o IBGE fez. Isso é
1065 publicação de 2004. A produção de pescado marítimo e continental a gente tem aí uma informação bem mais
1066 consistente para medição de um indicador, a gente tem ali no gráfico, por exemplo, eles conseguiram separar a
1067 produção de pescado total, pesca marinha, continental, cultivo marinho e cultivo continental. Então a gente tem
1068 as curvas de crescimento ao longo de 94 a 2000, se não me engano 2001 ou 2002. Isso o IBGE espacializou
1069 em mapas do Brasil. A população residente em áreas costeiras é um indicador que para quem faz o censo deve
1070 ser bastante simples. A população residente em áreas costeiras do Brasil. Por estado, esse dado existe por
1071 estado e por município, não coloquei aí para não aumentar muito a apresentação e a gente tem ali os dados de
1072 1991, 1996 e 2000. Uma variação muito pequena embora a população residente em área costeira seja um
1073 percentual bastante grande um quarto da população brasileira mais ou menos, mas a variação é bastante
1074 pequena. Então esses três são indicadores que já existem no IBGE, que eles já conseguiram prospectar junto
1075 às informações deles. Bom, aí a gente parte para nossa estratégia de ação. A gente antes de começar
1076 especificamente a trabalhar a questão de indicadores e a questão de muito mais do que definir indicadores, qual
1077 é o processo de definição desses indicadores, a gente teve que estabelecer algumas estratégias e algum
1078 *baseline* para a gente começar a trabalhar e isso é o que está pronto e a gente veio desenvolvendo no último
1079 ano. A gente coloca aqueles ali são instrumentos previstos na legislação de gerenciamento costeiro e marinho.
1080 O SIGERCOM que é o Sistema de Informação, o ZEE que é o Zoneamento Ecológico Econômico e Costeiro, os
1081 planos de gestão costeira e macro diagnóstico da zona costeira. A gente coloca ali que esse tipo de instrumento
1082 eles são diferentes dos outros dois previstos na legislação que é o Programa de Monitoramento e o relatório de
1083 qualidade ambiental basicamente pela sua funcionalidade. Enquanto os da coluna da esquerda são
1084 basicamente instrumentos de diagnóstico e proposição, os da coluna direita eles dizem respeito à organização
1085 de informação para o acompanhamento ambiental. Então é uma questão que embora possa parecer numa
1086 primeira análise, mas isso é óbvio. Só que isso remete a um desdobramento importante que a gente se deparou
1087 durante esse processo. Esse processo de construção do RQA e aí também a gente pensando não só no RQA,
1088 mas também em um programa de monitoramento contínuo como tem batido na tecla o professor Carlos Nobre
1089 do INPI, uma das grandes lacunas do Brasil é o monitoramento sistemático, porque nós temos monitoramento e
1090 nós num levantamento que fizemos a gente realmente identificou isso e nós temos diversos programas de
1091 monitoramento, monitorando muitos temas, não só ambientais como sócio econômicos, só que eles não são
1092 sistemáticos e nem contínuos. Então isso remete à aquela questão colocada ali que é, esse processo ele visa
1093 organização das informações já disponíveis ou a geração de novas informações? Quando a gente começou a
1094 pensar nessas duas questões, a gente percebeu que um RQA como a gente está tratando, um RQA 1.0, ele
1095 visa a organização das formações já existentes e. Vai pegar informações que já existem e vamos organizar as
1096 informações. Sai o primeiro. Mas se parar por aí a gente continua repetindo o erro e não temos monitoramento
1097 sistemático e daqui a x anos vai se ter um segundo. Então a gente está trabalhando concomitantemente à essa
1098 organização de pré-existentes e pensando numa geração de novas informações por meio de monitoramento
1099 contínuo. E aí a gente separa o programa de monitoramento do RQA, embora seja impossível separar os dois
1100 na prática mas na hora de fazer uma análise a gente separou para poder tornar mais claro. Um programa de
1101 monitoramento de qualidade ambiental da zona costeira, ele parte da definição de temas de interesse. Nós já
1102 temos muitos desses temas já mapeados e bastante descritos em macro diagnóstico da zona costeira, que nós
1103 estamos terminando e finalizando esse documento. Abrangência espacial regional na escala da união de como
1104 vai ser, a definição de indicadores, porque isso perpassa por qualquer discussão desse tipo, a metodologia para
1105 alcançá-lo que é o nosso grande tema aqui, e a atribuição do levantamento de dados. A análise de recursos.
1106 Ou seja, quem levanta, como levanta e quem paga. E, para o RQA aí já fica realmente é levantar os programas
1107 em andamento, que é o que nós fizemos, inventariar os dados existentes, que estamos fazendo, checar
1108 confiabilidade e organizar segundo uma estrutura de relatório que mais uma vez não tem como dissociar da
1109 questão dos indicadores. Essa tabela foi apresentada aqui nessa Câmara Técnica não lembro se foi acho que
1110 foi início de 2006 é a mesma tabela que está disponível no site do CONAMA, e a gente colocou apenas para
1111 situar a Câmara dentre os passos e a tarefa que a gente considerou e objetivos o que já está pronto e o que a
1112 gente ainda está trabalhando e pretende tocar adiante em breve. Os cinco primeiros passos nós já temos
1113 pronto, mas já entramos em contato que os cinco vocês vêem a criação de um grupo multi-institucional para
1114 discutir essa questão dos indicadores, porque até o item quatro o gerenciamento costeiro e marítimo, nós
1115 tínhamos condições de levar mais ou menos sozinhos. A partir do item cinco é impossível, a gente precisa dar
1116 auxílio de IBGE, marinha e INPI, e então nós já temos contato com esse pessoal que já se propuseram a nos
1117 ajudar na metodologia basicamente envolver essas instituições principalmente o IBGE que a gente considera
1118 como o parceiro mais estratégico e identificar os produtores, processadores e compiladores dos indicadores.
1119 Bom, aí os passos seguintes eu não vou repetir porque é um assunto já de conhecimento da Câmara, mas a
1120 gente pretende realizar diversas reuniões com esse grupo, sistematizar informações, definir os indicadores e
1121 num momento seguinte então elaborar propriamente dito o RQA e aí nós vamos fazer workshops e etc, e

1122 culminando com o encaminhamento da proposta aqui ao CONAMA. Bom, como parte talvez uma das coisas
1123 mais importantes que nós fizemos como parte também o item quatro da tabela, nós fizemos em setembro de
1124 2006 em Maceió uma reunião técnica com as dezessete de gerenciamento costeira no Brasil. Todos os
1125 coordenadores do GERCO estiveram lá, nós passamos uma semana reunidos, tratamos de diversos temas e
1126 entre eles um dos três mais importantes foi a questão do levantamento de informação junto aos estados, ou
1127 seja, quem monitora o que, as secretarias de estado de meio ambiente. É claro que foi feito um trabalho prévio,
1128 nós solicitamos a todas as secretarias que fizesse um levantamento junto a universidades, ONGs, municípios e
1129 etc, perguntando ao pessoal quem monitora o que, por quanto tempo, quais são os parâmetros e etc. Nós
1130 temos todo esse levantamento feito que os estados nos repassaram, e além disso foram discutidas diversas
1131 questões e a gente elencou três ou quatro que se destacaram nessa reunião com os estados. A questão das
1132 articulações no que diz respeito à monitoramento e qualidade ambiental. Articulação interinstitucionais nos foi
1133 colocado como fundamental para que um programa desse funcione. O lançamento de editais em linha de
1134 financiamento para estruturar equipes técnicas e procedimentos de logística. Laboratório, material de consumo
1135 que a maioria dos estados não tem condições de manter o monitoramento de qualidade ambiental em função
1136 dessa carência. Então, se não se pensar nesse tipo de coisa, é difícil a gente lançar uma proposta, uma
1137 metodologia que é impossível de ser cumprida. Então, é uma série de coisa que caminham juntas aí. Aí a
1138 necessidade de maior inserção é até uma questão que diz respeito mais ao GERCO. O que ficou bastante
1139 claro, tudo passa pela definição dos indicadores. E nessa discussão que nós tivemos com os estados, o que a
1140 gente pode pegar de mais importante que eles colocaram, a necessidade de deliberar um cardápio mínimo e
1141 flexível de indicadores. Um mínimo e que esse mínimo seja flexível em função da nossa imensa diversidade
1142 brasileira é impossível que exatamente os mesmos indicadores que vão monitorar a qualidade da zona costeira
1143 lá no Rio Grande do Sul sejam os mesmos para uma Costa amazônica, por exemplo, onde você só tem praia de
1144 lama por exemplo. Só para citar um exemplo e então isso foi bastante colocado lá. A utilização de
1145 sensoriamento remoto é imprescindível uma vez que você pode derivar diversos indicadores principalmente
1146 indicadores ambientais do sensoriamento remoto bastando ter um profissional qualificado, um bom computador
1147 e algumas imagens disponíveis, muitas vezes gratuitamente, indicadores de desempenho institucional
1148 consideraram como uma coisa possível de se obter dentro das próprias instituições e a questão do
1149 licenciamento ambiental, municipal, estadual e Federal tem diversas informações e essas informações muitas
1150 vezes são empilhadas, e então dali se podia tirar muita coisa de indicadores. Quantas licenças, quantas foram
1151 aprovadas, rejeitadas e etc. Então dá para fazer muita coisa de indicadores com base no licenciamento. Aí eu
1152 não vou ler, são algumas sugestões de indicadores que saíram dessa reunião de Alagoas. Então, você pode
1153 ver condicionantes naturais, dinâmica populacional, risco social, risco tecnológico, outros vetores de pressão,
1154 turismo, análise da gestão em si e existem outros e outros que foram colocados nessa reunião de Maceió. Bom,
1155 as atividades mais recentes que estamos trabalhando aí. Em dezembro, não sei se foi dezembro ou novembro
1156 do ano passado, o IBAMA organizou que é nosso parceiro nessa tarefa, inclusive o decreto coloca isso que
1157 cabe a nós e ao IBAMA definir essa questão de relatório de qualidade ambiental. O IBAMA em 2006 fez um
1158 seminário e acho que o Rosalvo estava lá, não? Não? Então me confundiu. Teve participação de diversos
1159 Ministérios, ONGs, Petrobrás, INPI, IBGE e etc para trabalhar a questão de indicadores. Então de lá saiu uma
1160 definição de uma lista de pré-indicadores. Ou seja, nós passamos três dias trabalhando em separados grupos
1161 de especialistas trabalhando nessa pré lista de indicadores ou seja já existe uma pré lista, isso nas metodologias
1162 internacionais é colocada como passo fundamental, porque você chegar num seminário numa reunião com 800
1163 indicadores, você não vai conseguir trabalhar e não vai conseguir definir quais indicadores que você quer.
1164 Então essas reuniões para definição dessas listas de pré-indicadores são importantes, nós fizemos essa no
1165 IBAMA temos essa lista e vamos trabalhar em cima dessa lista. Outra coisa que nós vamos considerar é
1166 inserção das diretrizes e critérios para definição e implementação de indicadores que é uma minuta que está
1167 sendo discutida na Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente. Então eles trabalham com indicadores
1168 também, embora seja uma abordagem um pouco diferente da nossa, mas nós estamos atentos a essa
1169 discussão e vamos incorporar o que for pertinente nesse trabalho. E, colocando talvez até o Zamboni possa
1170 falar um pouco melhor, colocando como agora nossa estratégia de trabalho, que nós temos dentro da CIRME
1171 Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que trata que é o Fórum Intergovernamental principal de
1172 assuntos da zona costeira e marinha nós tivemos aprovado em 2005 o plano de ação federal para zona costeira.
1173 Dentro desse plano de ação Federal existe um projeto chamado sistema nacional de monitoramento
1174 ambiental/territorial da zona costeira. Esse projeto já previa que se estabelecesse uma sistemática de
1175 monitoramento contínuo que considere as informações sistematizadas nos outros componentes, ou seja,
1176 informações que devem ser disponibilizadas pelos outros participantes desse fórum. Mais uma vez, tudo com
1177 base em indicadores. Então só para dar uma noção do que é esse grupo, esse Fórum da CIRME, um dos
1178 subgrupos é o grupo de integração do gerenciamento costeiro. É um dos fóruns e então ali é nesse Fórum que
1179 se dá a articulação política e institucional na esfera federal para condução do plano nacional de gerenciamento
1180 costeiro e então não podemos dissociar essa discussão que nós estamos fazendo e que necessitamos de
1181 outras instituições, é impossível a gente dissociar essa discussão desse Fórum. Então nós vamos levar toda
1182 essa discussão a esse Fórum e esse Fórum trabalha com comitês de articulação, um desses comitês é o comitê
1183 de monitoramento e qualidade ambiental e a composição desse Fórum é aquela que vocês estão vendo ali e
1184 então participam diversos Ministérios, têm assento a ANAMMA, ABEMA, o Ministério Público, a Petrobrás e etc.
1185 E então como estratégia a gente está nesse ponto do trabalho, estamos desenvolvendo os indicadores em
1186 parceria com IBAMA, estamos começando o trabalho agora com IBGE e etc, mas não vamos dissociar esse
1187 trabalho desse grupo de integração. Quer complementar alguma coisa?

1188

1189 **Ademilson Zamboni – MMA**

1190

1191 Eu gostaria só de complementar alguns aspectos que o João já colocou muito bem. Nós temos três no
1192 andamento desse trabalho nós demos prioridade à conclusão do macro diagnóstico da zona costeira. Por quê?
1193 Um *baseline* para entender de que patamar a discussão está saindo para desenhar esses indicadores? Quais
1194 são os temas de interesse? Então esse é o ponto fundamental a conclusão do macro diagnóstico nós já
1195 fechamos toda a parte cartográfica está na parte de geração de últimos textos para preparar essa publicação e
1196 depois se tivéssemos tempo talvez até pudesse mostrar que tipo de informação ele traz, e se nós pensássemos
1197 de uma forma até simples, nós teríamos ali o macro diagnóstico já poderia ser nosso primeiro relatório assim, e
1198 essa nossa base de conhecimento para avançarmos na discussão. O segundo ponto é essa relação com a
1199 Unesco e essa visão internacional. Por quê? Porque nós temos duas questões ligadas à Unesco. A Unesco
1200 abriga comissão oceanográfica intergovernamental. Essa comissão oceanográfica foi responsável por esse
1201 estudo feito em vários países para a questão dos indicadores e eles procuraram o Brasil em 2001 para que o
1202 Brasil entrasse nesse estudo e aquela época o Brasil não se mostrou interessado, não houve interesse do
1203 Ministério do Meio Ambiente em participar desse estudo. Depois da nossa aproximação, novamente eu
1204 acompanho esse grupo nas reuniões na Unesco, sou indicado para a Unesco para acompanhar e nós nos
1205 reaproximamos porque entendíamos o seguinte, nós temos uma outra questão colocada que é a questão dos
1206 mares regionais. Um grande problema das ações para o meio ambiente é o programa de mares regionais e tem
1207 esse contexto contabilizador dessas metodologias. São um marco ao qual os países reorientam suas
1208 possibilidades de trabalhar metodologicamente adequando suas realidades. Então o que o João colocou em
1209 termos metodológicos nós vamos adotar a linha mestra que a Unesco está propondo que já foi testada em
1210 muitos países com sucesso e com base nisso nós vamos adequar essa metodologia à nossa realidade aqui no
1211 Brasil. O terceiro ponto é uma coisa que está colocada agora e que o Ministério está adotando eu diria que o
1212 Governo e a sociedade que é a questão das mudanças climáticas e isso mudou sobre maneira porque quando
1213 nós apresentamos para a Ministra a visão do macro diagnóstico associado para todo o país do Amapá ao Chuí e
1214 concomitante com outros processos que nós temos desenvolvido como o próprio projeto que trata das questões
1215 voltadas para qualidade da zona costeira imediatamente fronteira no mar e a terra, esse conjunto de
1216 informações e de possibilidades já mostrou que nós temos aqui no Ministério um marco desenhado claramente
1217 para um cenário atual e pensando num cenário futuro de levantamento do nível do mar. E isso dá um gancho
1218 para a questão de monitoramento continuado que é uma coisa cara e como é que eu vou embasar? Óbvio,
1219 preciso fazer um relatório de qualidade ambiental porque o decreto diz, mas não é por isso que eu vou ter o
1220 relatório de qualidade ambiental. É que eu tenho uma série de situações sendo colocadas que já estão
1221 definitivamente consolidadas de levantamento do nível do mar e zona costeira e perdas materiais e catástrofes
1222 que virão, e que na verdade o Ministério está se preparando e um dos marcos é a própria questão da zona
1223 costeira que é o primeiro ponto a ser afetado. E para questões de adequação, as questões adaptativas, o
1224 relatório você tem que ter esse monitoramento continuado e sistematicamente gerar esses relatórios para que
1225 nós possamos ajustar a base adaptativa às questões climáticas. O outro ponto o João já colocou é colocar essa
1226 discussão porque nós precisamos de informações de outras instituições. Esse é o melhor fórum em nossa
1227 opinião para que saia essa proposta técnica mais consolidada porque isso obviamente vai se desdobrar nos
1228 estados embora nós tenhamos, nós temos algumas fragilidades nesses sistemas e não tem as mesmas
1229 condições de desenvolver ou aplicar essas metodologias, isso tem que ser fortalecido. E, por fim uma questão
1230 técnica que óbvio, ela é transponível e a questão da aplicação em si. Tem sempre um programa continuado e
1231 com metas bem definidas e que provavelmente a questão das mudanças climáticas vai dar um norte mais
1232 claramente para essas metas. Seguramente vocês devem ter algumas questões e a gente está aqui para
1233 respondê-las. Obrigado.

1234

1235 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1236

1237 Obrigado, João Luiz. Obrigado aos dois colegas da SQA e MMA. Está aberto para discussão da Câmara
1238 Técnica e os encaminhamentos já que eles fizeram um relato dos trabalhos.

1239

1240 **João Carlos De Carli - CNA**

1241

1242 Eu só queria fazer uma pergunta. Qual é o decreto que criou?

1243

1244 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1245

1246 5300 de 07 do 12 de 2004. Eu teria algumas questões, você sabe porque a gente tem o envolvimento
1247 emocional com o tema e faz parte também de uma das nossas formações de graduação como você tem
1248 conhecimento, eu acho que a primeira questão era a gente ver o calendário de trabalho, porque foi apresentado
1249 aquele calendário de trabalho. Numa reunião você não pode vir e veio sua representação, seu substituto foi um
1250 colega do IBAMA e inclusive a gente esperava também que o IBAMA viesse relatar os trabalhos, mas
1251 consideramos que o Presidente do Grupo de Trabalho é você e então também o IBAMA foi relatado na
1252 exposição de vocês dois, mas lá foi apresentado um calendário de trabalho, tinha os objetivos e os produtos e
1253 esta Câmara ficou acertada com vocês de serem encaminhadas para esta Câmara os produtos em cada um

1254 daqueles temas que foi objeto da apresentação do colega. Eu pelo menos nunca recebi. Não precisava ser eu
1255 Rosalvo, eu Presidente da Câmara Técnica, mas o próprio CONAMA. Eu acho que isso comprometeu a
1256 discussão de que essa Câmara e o próprio Conselho Nacional pelas atribuições que tem, inclusive do decreto
1257 de poder acompanhar. Então eu gostaria mais uma vez. Nós já fizemos isso por ofício de nós recebermos e eu
1258 faço questão, para mim é uma questão de honra que a gente receba todos os produtos intermediários até o item
1259 cinco conforme a colocação do companheiro. Não é a mim pessoalmente e nem a essa presidência nessa
1260 Câmara, até porque a gente estará em outra na próxima gestão já no mês que vem, mas acho que é o próprio
1261 Conselho que não é um Conselho meu e nem um Conselho de ninguém, é um Conselho do estado e da
1262 sociedade brasileira e foi uma luta de muitos anos a gente estruturar o SISNAMA. Então, eu não abro mão de
1263 que esta Câmara enquanto eu for Conselheiro do CONAMA receber todo este material a ser encaminhado de
1264 maneira oficial e não como o colega que veio na reunião anterior, não recebeu nada por e-mail, eu quero
1265 receber isso oficialmente porque isso aqui não é uma reunião de colegas. A gente pode até fazer essa reunião
1266 na hora do almoço e irmos almoçar juntos, mas eu tenho que preservar institucionalidades colocadas. Então, eu
1267 acho que esse é um primeiro aspecto, a gente receber. O segundo aspecto que eu gostaria de registrar e que
1268 constasse da gravação, é de que a gente não foi comunicado como havíamos combinado de todas as atividades
1269 que estavam sendo elaboradas, de modo que a pudéssemos nos organizar e acompanharmos esse trabalho.
1270 Porque imagine uma coisa, o constrangimento das pessoas ao receberem o trabalho de vocês nós vamos
1271 opinar em que? Vamos ser contrário, vamos elaborar um outro processo de acompanhamento, um outro
1272 conjunto de sugestões, já que a atribuição legal está para este Conselho. Então nada mais justo e nada mais
1273 racial, eu entendo e inclusive a gente economiza recursos públicos de que esta Câmara e este Conselho
1274 pudesse ter recebido todos esses calendários de eventos, e inclusive pudéssemos estar presentes em setembro
1275 de 2006, em dezembro de 2006. Quer dizer, o CONAMA a exemplo de outro tema que o Caron colocou foi
1276 totalmente ignorado. E isso nós fizemos em combinação de comum acordo com vocês. Se fosse uma
1277 imposição, não. Mas a gente sentou, pessoas com inteligência, sentamos e combinamos o trajeto e nada disso
1278 foi feito. Então, eu acho que o segundo tema, é nós continuarmos a sermos, e nós quando eu digo a Câmara,
1279 porque tem essa atribuição independente das pessoas porque nós somos transitórios e amanhã poderemos
1280 estar em outro local, a Câmara receba qual é o calendário de atividades de 2007, considerado a partir do item 6,
1281 7, 8 e 9, onde vai ser feito, o que vai ser feito e que a gente receba o convite formal. Não para eu chegar lá, sou
1282 amigo e até nós somos também, estamos até em algumas festas juntos, mas chega lá e sou amigo e entro no
1283 evento. Não, é formalmente o Conselho Nacional de Meio Ambiente ser convidado e participar. Então, eu acho
1284 que esse é um segundo aspecto. E o último é que eu acho que a gente precisa definir esse calendário do item 6
1285 ao item 9, quais são os produtos e quando este Conselho vai receber a padronização dos procedimentos de
1286 monitoramento, tratamento, análise e sistematização dos dados para elaboração do RQA da zona costeira.
1287 Porque o decreto, os cinco trezentos que é de 7 do 12 de 2004 dava 360 dias. Já passamos dois anos e temos
1288 esse trabalho que vocês relataram aí. Evidentemente, que eu sei que é um esforço institucional, uma
1289 necessidade de recursos financeiros, recursos humanos, institucionais e etc, mas a gente tem que ter algum
1290 parâmetro para conduzir nossa conduta, porque eu estou num estado democrático de direito. Se o decreto
1291 disse isso, porque não foi cumprido o decreto. Eu acho que o próprio Ministério e próprio Conselho fica " numa
1292 falha " porque não conseguimos cumprir o decreto, não há uma razão para isso e nunca foi colocado e etc.
1293 Então eu acho que esses pontos eram fundamentais para que a gente continuasse no debate com relação a
1294 isso, com relação ao cumprimento do decreto cinco mil e trezentos ou então a gente altera o decreto. O que a
1295 gente não pode é ter um decreto onde a gente não cumpre o decreto. Por fim, eu quero disse era a vocês que o
1296 Ministério da Integração, após três anos de batalha junto à sua alta cúpula foi incorporado a CIRME, e então
1297 hoje nós somos Ministérios, membros efetivos da Comissão Interministerial de Recursos do Mar, e eu
1298 pessoalmente trabalho numa gerência de informações e monitoramento de política e então a discussão de
1299 indicadores, de dados da zona costeira e etc, faz parte do nosso dia-a-dia independente dessas atribuições. E
1300 um dos temas que a gente vai trabalhar junto, vamos nos integrar também a este grupo. Você ali já pode
1301 colocar o Ministério da Integração, porque a portaria vai ser assinada agora na próxima reunião que vai ter da
1302 CIRME, e com certeza a gente vai tentar despender esforços institucionais para isso. E, por fim, eu quero dizer
1303 que eu acho que nós pessoalmente, eu acho que a Câmara e o Conselho estamos aí para ajudar, nós
1304 queremos agregar força, porque bem ou mal muitos de nós somos militantes das questões do mar, e vocês
1305 sabem, quem é do GERCO sabe disso que esse tema inclusive foi objeto da minha palestra lá quando o
1306 Ministério da Integração pleiteou para participar do plenário, eu não sei se você estava, mas o Rudolf estava e a
1307 gente colocou. É um tema que passa ao largo do entendimento da Esplanada dos Ministérios. As questões do
1308 mar. É tanto que o nosso mapa e já vou concluir para a gente dar os encaminhamentos tanto que o nosso
1309 mapa da política de desenvolvimento regional a gente já contempla a zona costeira nesse mapa, porque até
1310 então os técnicos e ainda agora em abril se sair aquela decisão da incorporação do mar territorial ser ampliado,
1311 você imagina a responsabilidade que nós vamos ter com relação a isso. Eu sei que são temas muito
1312 específicos, de poucas pessoas e poucos militantes mas acho que a gente deve tentar agregar as pessoas. E
1313 aí já encaminhando para a gente sair e ir embora almoçar, não ainda tem mais um tema é no sentido que então
1314 combinemos novamente este calendário, qual é o calendário e quando vamos atingir o produto nove.

1315 **Ademilson Zamboni – MMA**

1316 Bom, quanto a essa questão de colocar as tarefas e objetivos desse calendário, eu quero fazer uma sugestão,
1317 uma solicitação na verdade até em função da realidade que nós encontramos quando realizamos o calendário.
1318
1319

1320 E aquilo que se desdobrou especialmente na região com os estados que era uma questão interna de
1321 reestruturação com o Ministério, só coordenação e estados, a partir dessa visão, dessa nova colocação, dessa
1322 possibilidade de trabalhar aí sim com muito mais recurso com a ação de mudanças climáticas associada a isso,
1323 nós vamos solicitar uma alteração nessas tarefas. Isso tem que ser redimensionado, porque isso já tomou uma
1324 dimensão muito maior do que tem na verdade, e vai demandar com certeza um esforço institucional que nós não
1325 prevíamos no primeiro momento que era uma questão mais técnica do que pareceu e hoje ela se desdobrou em
1326 institucional muito mais séria mas tem um lado positivo e respaldo com um programa muito mais continuado e
1327 isso tudo é uma questão de recursos mesmo. Isso vai ter que ser revisado e eu espero poder reorganizar essas
1328 tarefas em função da realidade que se apresenta hoje, e óbvio que virá mais um calendário principalmente com
1329 a tarefa tal, objetivo tal e prazo tal. Eu quero reorganizar a questão das tarefas para vocês e mostrar que as
1330 tarefas são outras hoje. Esse horizonte muda em termos de ação e nós temos outras metas para serem
1331 atingidas que não só gerar um RQA ou uma proposta. Tem que ter um horizonte de trabalho maior, a questão é
1332 mais audaciosa, não é assim, eu acho que essa é a questão. Então, eu diria que isso vai ser reorganizado
1333 principalmente essa questão das atividades. Bom, o resto eu acho que concordo com você e temos que manter
1334 vocês mais informados a partir dessa situação. Eu acho que não tem problema. E o encaminhamento dos
1335 produtos que já tem até o item cinco.

1336
1337 **Marcílio Caron Neto – CNI**

1338
1339 Marcílio Caron da CNI. Eu só quero incorporar todas essas suas ponderações, porque eu vejo que algumas
1340 pessoas, e me incluo dentro dessas algumas pessoas, que tem uma dedicação fiel responsável aqui dentro
1341 desse Conselho de não perder reunião. Eu nunca faltei uma reunião técnica, nunca faltei uma plenária, e
1342 infelizmente hoje eu já me manifestei em cima de um assunto e não quero incluir essa, quero incorporar a
1343 questão, até uma questão de respeito com as pessoas que se dedicam e vem para cá colocar o seu trabalho
1344 gratuitamente, o seu esforço e a gente às vezes é colocado de lado dentro das ações. Você está discutindo o
1345 assunto e se faz um grupo paralelo. Desculpem-me, isso tem sido aqui dentro do CONAMA faz-se um grupo
1346 paralelo e se esquece o restante. Eu acho que a intenção e o seu desabafo foi, para mim, altamente positivo. E
1347 todos nós temos que tirar lições dessa sua colocação. Essa era minha manifestação e acho que a gente tem
1348 que compartilhar. Nós estamos num estado de direito democrático e temos que compartilhar essas
1349 contribuições e essas manifestações. Essa era a minha colocação a respeito desse assunto.

1350
1351 **Antônio Henrique Godoy Ramos – SPG/MME**

1352
1353 Henrique do MME. Só uma pergunta. Se a Petrobrás está naquele grupo ali.

1354
1355 **Ademilson Zamboni - MMA**

1356
1357 Está.

1358
1359 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1360
1361 Bom, Zamboni, então, eu acho que a Câmara Técnica se dá por satisfeita e então ficou encaminhado que você
1362 vai novamente encaminhar esse plano de trabalho incorporando, revisar ele, e acho que era importante no meu
1363 entendimento muito pessoal e pequeno de que nós temos que atender o artigo 38 do decreto, tem que estar
1364 esse calendário, e eu vejo que é muito importante também que a gente tenha as tarefas, os objetivos e os
1365 produtos. Que produtos serão gerados em cada etapa. Porque a gente sinaliza para a sociedade e para
1366 administração pública também, eu acho que reforça quem está nos dirigindo, tem esses produtos, isso custa
1367 tanto, tem que colocar no orçamento e até porque eu acho que você amplia o grau de pessoas e de instituições
1368 que podem estar do lado na busca desses recursos.

1369
1370 **Ademilson Zamboni – MMA**

1371
1372 Eu gostaria que vocês pudessem me esclarecer melhor, eu não faço parte dessa Câmara, o Ministério eu acho
1373 que não tem assento nessa Câmara.

1374
1375 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1376
1377 Mas tem no CONAMA.

1378
1379 **Ademilson Zamboni – MMA**

1380
1381 Não tem assento nessa Câmara, mas a minha dúvida é a seguinte. Como é que funciona a dinâmica dessa
1382 Câmara. Eu vou mandar para a Câmara então a proposta metodológica para geração de um RQA, a Câmara vai
1383 discutir essa proposta e a Câmara vai gerar uma Resolução e vai mandar para o plenário. Funciona assim?
1384 Então você está me dizendo o seguinte. Se a Câmara não se envolve no processo, eu vou ter um trabalho extra
1385 de rediscutir o universo aqui na Câmara quando essa proposta chegar? É isso que você está me dizendo.

1386

1387 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1388

1389 Isso mesmo. Por isso Zamboni, talvez a gente não tenha conseguido te sensibilizar mais, porque os recursos
1390 públicos são poucos. E se você já tem pessoas que estão na discussão desde o início, a gente quando chegar
1391 aqui não vai fazer outro processo. Você imagina a Câmara dizer: Não, essa metodologia apresentada não
1392 concordamos e vamos apresentar isso. Do ponto de vista da legalidade a Câmara pode fazer isso porque ela
1393 tem esse papel. Mas eu acho que a prudência e busca de somar forças diz que a Câmara está junto com quem
1394 for necessário para a gente ir montando ir para todo país e que esses Conselheiros que estão aqui e não estão
1395 como pessoas, mas estão como instituições, eles possam reproduzir nas suas instituições. Eu acho que nós
1396 estamos do lado de vocês, mas minimamente para você fazer qualquer trabalho, você precisa receber
1397 informações e trocar. Agora, não pode eu receber a informação e eu Presidente da Câmara Técnica ou
1398 representante do MME, porque eu sou teu colega. Não pode ser assim. Isso você pode até fazer. Não preciso
1399 estar na Câmara, mas você precisa garantir as institucionalidades. A minha luta também lá no Comitê de Bacia
1400 do São Francisco quando eu represento o Ministério é a gente fortalecer as organizações do estado porque as
1401 pessoas mudam, amanhã você está aqui, e eu estou aí, ninguém nunca sabe o futuro. Mas as instituições do
1402 estado elas ficam e se consolidam, nossos filhos vão utilizar. A história quando pegar o resumo dessas
1403 reuniões vai falar aconteceu isso, aquilo, voltou e então é essa sensibilidade que a gente gostaria de ter e
1404 passar para todos os colegas.

1405

1406 **João Carlos De Carli - CNA**

1407

1408 Eu só ia colocar que regimentalmente o CONAMA ainda pode alterar tudo.

1409

1410 **Ademilson Zamboni – MMA**

1411

1412 Eu sei.

1413

1414 **João Carlos De Carli - CNA**

1415

1416 É por isso que o que ele colocou é de grande valia para vocês, porque se vocês chegarem com um documento
1417 pronto para se transformar na Resolução o CONAMA pode alterar em 100% o texto.

1418

1419 **Ademilson Zamboni – MMA**

1420

1421 Eu sei, é que eu coordeno uma outra Câmara Técnica de recursos hídricos e Grupo de Trabalho. Só que tem
1422 um formato um pouco diferente. A Câmara em si ela mesma é a geradora do documento, do trabalho e da
1423 base. É diferente, a composição é um pouco diferente.

1424

1425 **Marcílio Caron Neto – CNI**

1426

1427 Aqui no CONAMA tem uma característica. Você pode estar discutindo um assunto durante dois ou três anos
1428 com os maiores especialistas do mundo. Na hora que você jogar no plenário, qualquer pessoa que esteja lá
1429 pode levantar um questionamento. Até às vezes, eu já vi situações e vou te dar um exemplo, a restinga. A
1430 definição era 30 metros. Era uma faixa de 30 metros e levantou uma pessoa, e me reservo ao direito de não
1431 falar quem e disse, eu acho que é trezentos. Aí levantou outra pessoa e disse não pode ser no *achismo*, isso
1432 aqui foi uma discussão de técnicos e etc. Se estabeleceu o conflito. Quando se estabelece o conflito e não se
1433 chega no consenso, se faz o maior esforço para que se saia no consenso, mas quando isso não acontece, vai à
1434 votação. Prevaleceu trezentos. E, hoje está aí esse trezentos está ocasionando um transtorno, é uma coisa
1435 absurda. Só para poder ilustrar o processo.

1436

1437 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1438

1439 Eu vou mandar essa matéria aos produtos e o que já tem vai ser encaminhado e todos os Conselheiros
1440 receberão. Agradeço a presença dos dois colegas e até uma próxima oportunidade e bom trabalho aí na
1441 continuidade do relatório. Bom, indo para o último ponto de pauta que é o sexto ponto e também era o texto na
1442 pauta antiga, que é o monitoramento de análise dos efeitos da Resolução 369/2006. A Câmara Técnica deverá
1443 criar o GT e definir seu escopo e metodologia de trabalho. Domínique nos auxilie.

1444

1445 **Dominique Louette - CONAMA**

1446

1447 É de intervenções em APP.

1448

1449 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1450

1451 É, porque na realidade na nossa Resolução de APP, nós não abordamos todos os assuntos e ficamos até para
1452 não atrasar o processo, porque já estava há dois ou três anos, ficou de agora dar continuidade aos trabalhos.
1453 Se a gente pegar a taquigrafia do plenário que aprovou a Resolução de APP, isso ficou combinado de nós
1454 fazermos.

1455
1456 **Dominique Louette - CONAMA**

1457
1458 Não é bem isso. É o artigo quinze que diz : “O CONAMA criará até o primeiro de vigência dessa Resolução um
1459 Grupo de Trabalho no âmbito da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas para monitoramento e análise
1460 dos efeitos dessa Resolução.” O Grupo de Trabalho vai monitorar, esse é o escopo do grupo.

1461
1462 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1463
1464 É o artigo 15. Mas de qualquer maneira, Dominique. A partir do momento que eu monitor e faço análise dos
1465 efeitos da Resolução, por outro lado eu vou detectar que aqueles temas que a gente não discuti que por
1466 decisão nossa mesmo da Câmara a gente resolveu mandar para que o plenário se pronunciasse, continua ainda
1467 objeto de uma Resolução específica. Vide, por exemplo, aquela questão da agrossilvicultura, por exemplo. É
1468 um tema que a agrossilvicultura a gente não tem uma definição ainda. Por quê? Porque nós ficamos restritos
1469 naquela Resolução de APP em zona urbana, mineração, baixo impacto, e faltou um outro conjunto de temas
1470 que o CONAMA precisa se pronunciar. Então, eu vejo salvo entendimento diferente que a gente precisa cumprir
1471 o que está no artigo quinze da Resolução CONAMA 369 de 2006, mas ao mesmo tempo é trabalho para essa
1472 Câmara nos próximos dois anos a continuidade daqueles temas sobre APP que não entraram na Resolução
1473 369, e que está pendente.

1474
1475 **Marcílio Caron Neto – CNI**

1476
1477 Eu acho que vamos cumprir o que está, vamos separar, para poder andar. Eu gostaria de sugerir a CNI se
1478 coloca dentro da disponibilidade de coordenar essa discussão dentro dessa Câmara Técnica.

1479
1480 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1481
1482 OK, então CNI na coordenação. A Relatoria a ABEMA? Então, a CNI na coordenação, a ABEMA na relatoria e
1483 vamos sugerir alguns nomes.

1484
1485 **João Carlos De Carli - CNA**

1486
1487 CNA.

1488
1489 **Dominique Louette - CONAMA**

1490
1491 IBAMA

1492
1493 **Marcílio Caron Neto – CNI**

1494
1495 Das entidades participantes, a respeito das participações, eu acho que na sugestão da Dominique já naquele
1496 outro grupo, o CONAMA solicita a indicação de representantes para participar de um grupo.

1497
1498 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1499
1500 Eu acho que poderia ser, Caron, mas a gente já devia também sair daqui apontado com algumas entidades que
1501 eu acho que são fundamentais estarem nessa discussão, mesmo que não mandem representantes, mas a
1502 Câmara aponta o nome.

1503
1504 **Marcílio Caron Neto – CNI**

1505
1506 CNI, Setor Florestal, CNA, ANAMMA, IBAMA, ABEMA, o Ministério do Meio Ambiente, MME. Ministério das
1507 Cidades.

1508
1509 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1510
1511 Quem mais? MMA, o Ministério do Planejamento, SPU, que estão todas em área da união, IBAMA.

1512
1513 **Marcílio Caron Neto – CNI**

1514
1515 Sim, sem dúvida. Eu acho que o IBAMA deve também estar. Ministério do Meio Ambiente já entrou. MAPA,
1516 Ministério Público. Vai ser de novo todo o CONAMA.

1517
1518
1519
1520
1521
1522
1523
1524
1525
1526
1527
1528
1529
1530
1531
1532
1533
1534
1535
1536
1537
1538
1539
1540
1541
1542
1543
1544
1545
1546
1547
1548
1549
1550
1551
1552
1553
1554
1555
1556
1557
1558
1559
1560
1561
1562
1563
1564
1565
1566
1567
1568
1569
1570
1571
1572
1573
1574
1575
1576
1577
1578
1579
1580
1581
1582

Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

Mas a gente está apontando no máximo dez e o CONAMA tem 108. Vamos para dez ou doze e depois a Secretaria Técnica do CONAMA vê quem foi e o escopo e metodologia de trabalho. A gente precisa não só definir, criar o GT agora. O escopo seria o artigo quinze e os dois parágrafos?

João Carlos De Carli - CNA

Não só o um.

Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

Só o parágrafo primeiro do artigo quinze. Então o escopo do trabalho do grupo é o parágrafo primeiro do artigo quinze.

João Carlos De Carli - CNA

Monitoramento e análise dos efeitos da Resolução 369 de 2006.

Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

Definimos o escopo. E metodologia de trabalho? Eu penso como sugestão, e depois aí o pessoal da CNI que vai coordenar e ABEMA relatoria, de que a gente pudesse ter a exemplo do que a gente tentou mas não conseguiu, que a assessoria técnica do CONAMA pudesse providenciar junto à secretaria do Ministério e o próprio IBAMA responsável, uma proposta de metodologia de trabalho, pegando até um pouco aquele trabalho do consultor que vocês informaram no ano passado e estaria fazendo um trabalho de monitoramento e indicadores das Resoluções do CONAMA, a gente poderia pegar alguma coisa daquele trabalho.

Dominique Louette - CONAMA

O que eu queria propor é o seguinte. Justamente o consultor na lista das dez resoluções que ele tem que avaliar, nessa lista existe essa 369 juntamente com a 302 e 303, porque na verdade é um conjunto de resoluções e não dá para dividir. Então ele vai trabalhar nisso e já está trabalhando em cima de indicadores e então até a instalação deste Grupo de Trabalho ele já vai ter avançado o trabalho dele. E, então na instalação do grupo a gente o chama, ele explica o que fez e esse grupo na verdade ajuda ele ou melhora o trabalho que ele já começou.

Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

Está ótimo. Antes de passar para a Cynthia , eu achava que era importante Caron até para o grupo não ficar sem cabeça, já que a sugestão foi tua e foi aprovada que a gente contatasse quem da CNI vai segurar o chifre do boi e vai derrubar o boi.

Marcílio Caron Neto – CNI

Eu não posso indicar o nome agora porque a CNI tem que se pronunciar oficialmente a respeito disso, e então eu não tenho indicação de nomes, mas eu já vou passar hoje para a CNI essa decisão da reunião do Conselho Especial de meio Ambiente que a CNI ela tinha interesse em coordenar e vou fazer a comunicação que a sugestão foi aceita a colocação da coordenação e ela vai se pronunciar oficialmente ao CONAMA quem será o coordenador. Eu acho que daí interage com o comitê e com a assessoria e faz a demanda.

Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

E a mesma recomendação fica para a Cynthia . Você é ANAMMA, desculpa Cynthia .

Marcelo Assis – CONAMA

Marcelo da Secretaria Executiva do CONAMA. Só lembrando que nesse grupo assessor que vai avaliar essa resolução a gente já pediu indicação dos segmentos e CNI a gente não recebeu. Não sei se seria a mesma pessoa.

Marcílio Caron Neto – CNI

A gente já mata a charada.

1583 **Marcelo Assis – CONAMA**

1584
1585 Não porque é um representante do Setor Empresarial dos cinco segmentos representados no CIPAM.

1586
1587 **Cynthia de Souza Cardoso - ANAMMA NACIONAL**

1588
1589 Considerando que a Resolução dispôs que os estados poderiam elencar novos casos de baixo impacto, de
1590 repente não seria interessante também a gente solicitar à ABEMA que fizesse um levantamento de que se
1591 algum estado já fez um novo rol de empreendimentos ou atividades que sejam considerados de baixo impacto,
1592 porque eu acho que seria interessante para a gente ter uma idéia do que aconteceu pós Resolução. E outra
1593 coisa, seria possível neste momento apresentar outros grupos de trabalho ou outras providências a respeito de
1594 APPs, tem esse nosso que a gente já discutiu hoje do parcelamento do solo, e os senhores seriam capazes de
1595 nos informar se existem outras pendências em relação à APP, porque tem a questão do passivo, eu não sei se é
1596 o momento da gente lembrar a questão do que fazer com o passivo e se haveria também outros trabalhos
1597 pendentes.

1598
1599 **Dominique Louette - CONAMA**

1600
1601 Não, só para reiterar o que eu já disse também na Câmara Técnica de biodiversidade, quando a criação de novo
1602 GT ela tem que passar com uma proposta encaminhada por um Conselheiro, um Conselheiro ou órgão do
1603 SISNAMA, uma proposta escrita, ela passa por um pedido de parecer tanto no MMA como no IBAMA e
1604 dependendo do tema. Então, é encaminhado para a Câmara a solicitação por escrito do Conselheiro, os
1605 pareceres e em cima desse conjunto de documentos que a Câmara toma decisão. Não existe nenhum Grupo
1606 de Trabalho. Se for para criar um Grupo de Trabalho em cima de passivo, você tem que fazer a solicitação,
1607 porque senão as Câmaras Técnicas pipocam e de repente suje uma idéia e cria-se um GT sem embasamento e
1608 sem fazer uma reflexão. Por isso que o regimento impõe isso.

1609
1610 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1611
1612 Então fica decidido isso. O item 3, assuntos gerais, tem alguma questão que gostaria de ser colocada?

1613
1614 **Dominique Louette - CONAMA**

1615
1616 Só talvez uma informação de que estamos organizando para o dia 5 e 7 de julho, o Primeiro Encontro Nacional
1617 de Conselhos do Meio Ambiente. Não de meio ambiente, da área ambiental que integra tanto de meio ambiente
1618 como de recursos hídricos e como comitês de bacia. E, então informação para vocês de que vai ser feito esse
1619 encontro e justamente também para atender ao nosso regimento que é uma das competências do Conselho
1620 Nacional de fortalecer conselhos estaduais e municipais.

1621
1622 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1623
1624 OK, dada a informação depois eu acho que os detalhes dessa informação serão disponibilizados e indo para o
1625 último ponto de pauta, encerramento. Alguém gostaria de fazer uma colocação? Depois de quatro anos nessa
1626 Câmara...

1627
1628 **Marcílio Caron Neto – CNI**

1629
1630 Fez um papel do Paraguai, não quer mais largar a teta e inclusive estava nos convencendo no corredor para
1631 mudar o regimento para ele continuar mais quatro.

1632
1633 **Rosalvo de Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1634
1635 Não, mas nós agradecemos, eu acho que foi uma experiência de vida muito importante compartilhar com todos
1636 os colegas que chegaram agora nesses últimos dois anos, outros a gente ficou com quatro anos, aprendemos
1637 muito, saímos fortalecidos, porque aprendemos muito, e enfim, agradecemos e acho que contribuimos para o
1638 país e fortalecimento do Conselho, da própria Câmara e iremos para outra Câmara conforme determina o
1639 regimento, mas podemos continuar como o nosso colega João Carlos participando dos debates, porque essa
1640 Câmara tem um papel muito importante no Conselho Nacional de Meio Ambiente. Desejo aos que vão ficar
1641 felicidade e sorte e sempre encontrarão em nós um parceiro e amigo do coração. Não devemos chorar em
1642 público, talvez só em casa. Um abraço e beijo a todos. Até a próxima, obrigado (palmas).

1643
1644
1645